openfinance

Relatório Anual

2024

Informações até dezembro/2024
Publicado em maio/2025

Índice

Capítulo 1
A palavra da Diretora-Presidente **04**

Capítulo 2
O ano da criação da Associação Open Finance **07**

2.1 O pontapé regulatório em 04/07/2024 – resolução BCB nº 400 e demais normas 8
2.2 Evoluções da governança precedem a constituição da Associação 9
2.2.1 Órgão de Governança 9
2.2.2 Órgão de Direção Superior 10
2.2.3 Diretorias 11
2.2.4 Conselho Fiscal 13
2.2.5 Comitê de Auditoria 13
2.3 A definição do GT ED como arena técnica das discussões para constituição da Associação 14
2.4 Dezembro de 2024 marca a constituição da Associação 15
2.5 A mudança de Conselho Deliberativo (CD) para Conselho de Administração (CA) 16
2.6 Nasce a Associação Open Finance 17

Capítulo 3
Cinco anos de Evolução **18**

3.1 Detalhamento das fases do Open Finance 21
3.2 Evolução do Ecossistema 24
3.3 Evolução da infraestrutura no ecossistema 27
3.3.1 Ferramenta de Validação em Produção (FVP) 27
3.3.2 Monitoramento de desconformidades 28
3.3.3 Motor de Qualidade de Dados (MQD) 28
3.3.4 Plataforma de Coleta de Métricas (PCM) 29
3.3.5 FAPI 29
3.3.6 Cibersegurança 30
3.3.7 Service Desk e Portal do Desenvolvedor 31
3.3.8 APIs 31
3.4 Open Finance no Contexto Global 32

Capítulo 4
A palavra do Diretor de Tecnologia **36**

Capítulo 5
Open Finance na vida real **39**

5.1 Testemunhos e experiências de usuários sobre o Open Finance 40
5.2 A relação com o sistema financeiro antes e depois da implementação 43

Índice

Capítulo 6
A palavra do Regulador **44**

Capítulo 7
O que nos espera em 2025 e adiante **47**

7.1 Prioridades e desafios 48
7.1.1 Estrutura de governança 49
7.1.2 Melhoria da Experiência do Usuário 51
7.1.3 Monitoramento e Desempenho 51
7.1.4 Atendimento à regulação 53
7.1.5 Inovação e novos produtos 53
7.2 Calendário previsto de evolução 54
7.3 Regulação e tendências globais que podem afetar o cenário local 55

Capítulo 8
Open Finance em números **56**

8.1.1 Composição do Open Finance 57
8.1.2 Instituições iniciadoras de pagamento (ITPs) 57
8.1.3 Evolução de consentimentos ativos 58
8.1.4 Evolução de consentimentos únicos | Pessoa Física (PF) e Pessoa Jurídica (PJ) 59
8.1.5 Evolução Anual de chamadas de APIs 61
8.1.6 Evolução Mensal de chamadas de APIs em 2024 61
8.1.7 Evolução Anual de chamadas de APIs por fase 62
8.1.8 Evolução Anual do Índice de Sucesso de chamadas de APIs 62
8.1.9 Índice de Sucesso Mensal de chamadas de APIs em 2024 63
8.1.10 Percentual de Sucesso de chamadas por APIs em 2024 64
8.2.1 Evolução Anual dos investimentos e custeio da Estrutura do Open Finance 65
8.2.2 Investimentos e custeio realizados pela Estrutura Open Finance Brasil em 2024 por classificação 66

Créditos **68**

A palavra da Diretora-Presidente

Capítulo 1

Ana Carla Abrão

Diretora-Presidente da
Associação Open Finance

A criação da Associação Open Finance Brasil (AOF) marca uma nova etapa no desenvolvimento do ecossistema de Open Finance no Brasil. A Associação passa a ter papel fundamental na consolidação da governança e da sustentabilidade de longo prazo do ecossistema. Com a responsabilidade de zelar pela segurança, pela excelência operacional e pela constante evolução dos produtos e serviços viabilizados pela infraestrutura do Open Finance, é também papel da Associação motivar os participantes a buscarem mais e maiores benefícios para os consumidores de serviços financeiros brasileiros.

A transição da governança para uma estrutura associativa formal chega em boa hora e representa um amadurecimento institucional relevante. Os membros do ecossistema — bancos grandes, médios e pequenos, cooperativas de crédito, fintechs, instituições de pagamento — passam a ter uma representação mais estratégica na construção das próximas etapas do Open Finance, e a contar com um apoio executivo focado nas soluções técnicas que visam a uma nova etapa de evolução do sistema. A AOF passa a coordenar as discussões técnicas, a monitorar de forma mais estruturada o desempenho do ecossistema e a buscar melhorias no desenvolvimento de pilotos de produtos e serviços, zelando pela padronização das soluções, pela segurança e eficiência e por evoluções técnicas mais céleres, sempre em cocriação com o mercado.

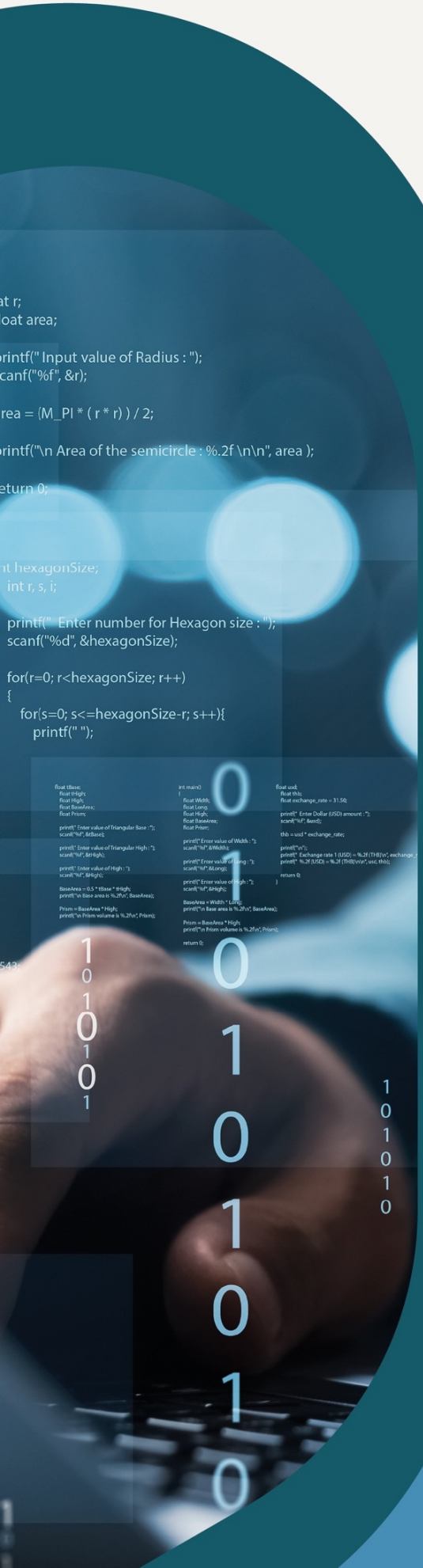
Implementado pelo Banco Central a partir de 2020 o Open Finance vem, desde então, assentando as bases de transformação do ecossistema financeiro brasileiro. Ao permitir o compartilhamento de dados e de serviços financeiros de forma padronizada, sempre com o consentimento do cliente, promove maior transparência, competição e inclusão financeira. Construída quase que silenciosamente ao longo dos últimos anos, essa rede segura de compartilhamento passou a ser uma ferramenta importante para o desenvolvimento de novos produtos e serviços, estimulando a inovação e ampliando o acesso a serviços financeiros.

A AOF se estabelece nesse contexto e com a responsabilidade de dar continuidade ao trabalho desenvolvido até aqui por tantos e com tanta competência. Garantir que os padrões de segurança, privacidade e interoperabilidade continuem sendo rigorosos e adequados ao desenvolvimento e crescimento esperados, é parte do trabalho. Essa é a receita para manter a confiança do consumidor e evitar ameaças ao sistema. Mas melhorar a experiência do cliente, apoiar o planejamento de novas etapas e soluções, garantir eficiência operacional e elevar ainda mais a adesão – de pessoas físicas e, principalmente, jurídicas – tangibilizando os impactos positivos e os ganhos sociais envolvidos no Open Finance, são desafios adicionais que se juntam nesta etapa da jornada.

Assumir como primeira Diretora-Presidente da Associação Open Finance Brasil carrega essa grande responsabilidade. Mas envolve também enormes satisfação e honra por permitir que, juntamente com um time executivo de primeira linha, por meio da atuação da AOF possamos contribuir para manter um posto que sempre tivemos e nos orgulhamos: o de sermos um dos sistemas financeiros mais desenvolvidos e eficientes do mundo. A partir de avanços tecnológicos e de mudanças regulatórias, temos também a oportunidade de viabilizar que cada pessoa e cada negócio assuma o papel de principal protagonista da sua gestão financeira. A AOF passa a ser essa ponte, conectando o sistema financeiro, permitindo que a inovação floresça e que novas soluções cheguem a todos.

Essa é uma operação pautada pela colaboração de todos – bancos, fintechs, reguladores e sociedade – e que visa à construção de um futuro financeiro mais aberto, transparente e eficiente para todos os brasileiros.

openfinance



O ano da criação da Associação Open Finance

Capítulo 2

2.1 O pontapé regulatório em 04/07/2024 – resolução BCB nº 400 e demais normas

O ano de 2024 marcou um avanço significativo na governança do Open Finance no Brasil, com a criação da Associação Open Finance. Esta iniciativa representa um passo importante na consolidação do ecossistema, estabelecendo um órgão de governança encarregado de coordenar e operacionalizar o modelo de Open Finance no país. A Associação se destaca como o agente central na organização do mercado, promovendo a representatividade das instituições participantes e criando um ambiente mais colaborativo e transparente. Além disso, desempenha um papel crucial na centralização da comunicação entre os diversos atores do ecossistema, especialmente com a sociedade, fortalecendo a confiança e incentivando a adoção do Open Finance em território nacional.

A Resolução BCB nº 400, publicada em 4 de julho de 2024, delineou diretrizes para a reestruturação da governança do Open Finance, consolidando um modelo organizacional que reforça a representatividade, a transparência e a sustentabilidade do ecossistema. A norma prevê a criação de uma nova estrutura formal, composta por órgãos responsáveis pela definição estratégica, gestão operacional e supervisão do sistema, assegurando alinhamento com as melhores práticas de governança e conformidade regulatória.

Um dos princípios fundamentais dessa nova estrutura é a participação ativa dos diversos integrantes do Open Finance, que garante acesso não discriminatório e minimiza conflitos de interesse.

O modelo também visa assegurar a sustentabilidade financeira da governança por meio de um custeio compartilhado entre as instituições participantes.

2.2 Evoluções da governança precedem a constituição da Associação

Antes mesmo da formalização da Associação Open Finance, a governança do ecossistema evoluiu, com a redefinição das cadeiras e reavaliação dos pesos de voto para garantir maior equilíbrio e representatividade. Essa transformação foi liderada pelo Banco Central do Brasil, que estruturou um modelo de governança ainda mais inclusivo e transparente, alinhado às necessidades do mercado.

Como resultado, as instituições passaram a ter uma participação mais proporcional no compartilhamento de dados e serviços, conforme as diretrizes da Resolução BCB nº 400/2024.

A governança passa a ser composta por três níveis distintos, cada um com atribuições específicas:

- **Órgão de Governança:** responsável por decisões estratégicas e pela representatividade do setor.
- **Órgão de Direção Superior:** encarregado da supervisão e condução da governança.
- **Diretorias:** responsáveis pela gestão cotidiana do Open Finance, pelo acompanhamento e monitoramento do desempenho das instituições participantes e pela qualidade dos serviços prestados pela Estrutura de Governança do Open Finance.

2.2.1 Órgão de Governança

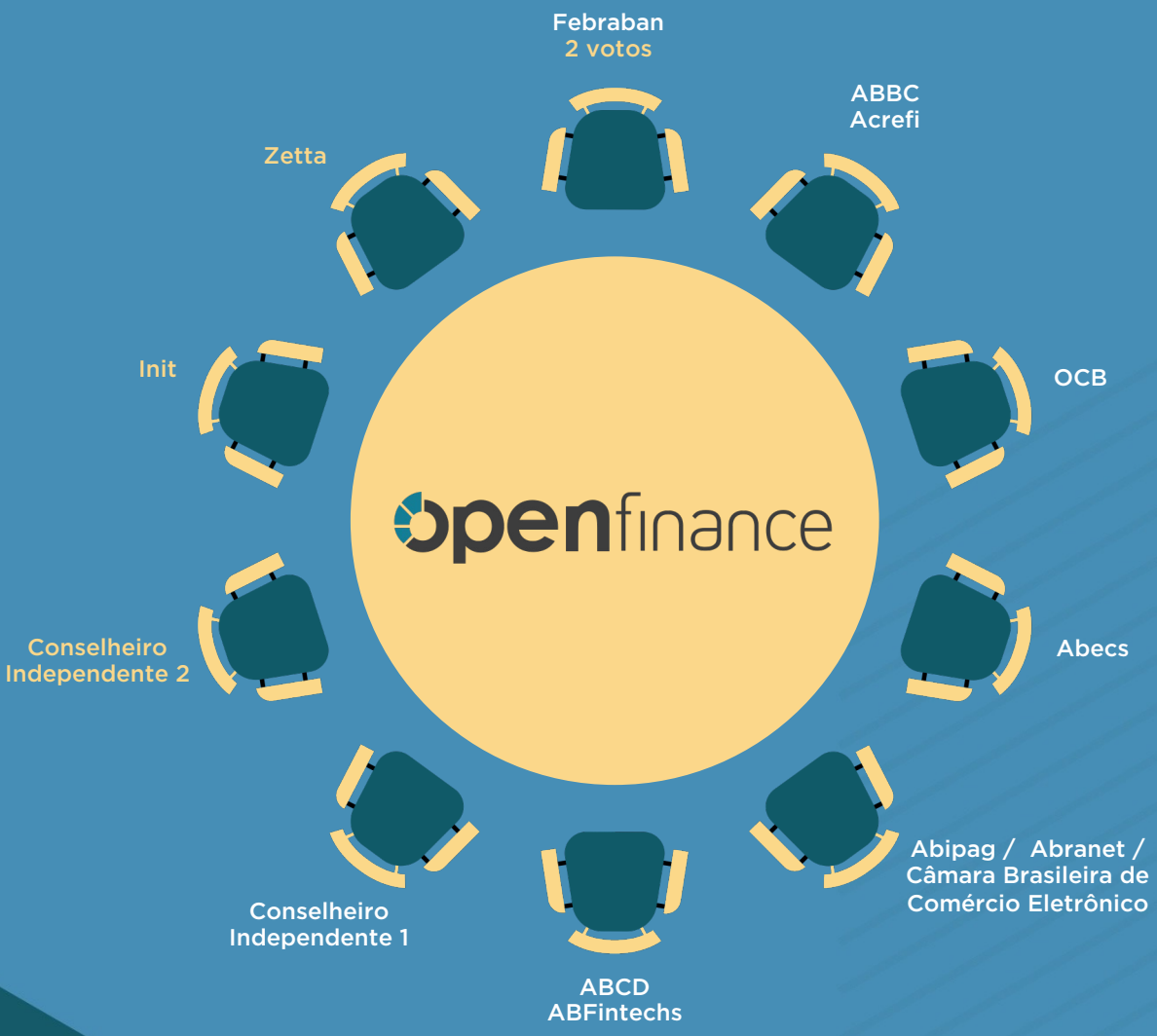
O Órgão de Governança do Open Finance, representado pela Assembleia Geral, garante a representatividade e transparência nas decisões estratégicas. A quantidade de votos de cada instituição é proporcional à sua contribuição para o custeio da Governança, limitado ao equivalente a 3% do custeio total, conforme parâmetros definidos pelo Banco Central do Brasil em sua Instrução Normativa nº 400 de 4/7/2024

Suas principais atribuições incluem a análise e aprovação das contas e relatórios financeiros, a destituição de membros da Diretoria, e a deliberação sobre alterações no Estatuto Social, que precisam de aprovação do regulador. Mudanças no Estatuto exigem um quórum qualificado de 4/5 dos votos, reforçando a estabilidade e representatividade na governança do Open Finance.

2.2.2 Órgão de Direção Superior

O Órgão de Direção Superior, representado pelo Conselho de Administração, tem composição distinta daquela do Conselho Deliberativo da Estrutura Inicial, em decorrência da nova Estrutura de Governança. A Febraban (cadeira 1.1) agora possui dois votos, enquanto Zetta e Init conquistaram cadeiras no Conselho (3.1 e 3.2, respectivamente), além da inclusão de um conselheiro independente adicional, totalizando dois independentes.

Com essas alterações, o Conselho passa a ser composto por 10 representantes com direito a voto, sendo 2 deles conselheiros independentes, que não possuem vínculos diretos com as empresas envolvidas na implementação do sistema. Os outros 8 conselheiros são indicados por associações ou grupos de associações do mercado financeiro. Esses representantes abrangem diversos segmentos, incluindo bancos de diferentes portes, cooperativas de crédito, empresas de meios de pagamentos, fintechs e instituições de pagamento, garantindo uma governança equilibrada e representativa.



Entre suas principais responsabilidades, o Conselho de Administração tem o papel de aprovar ou vetar as propostas apresentadas pela Diretoria, abrangendo todas as áreas de atuação, como tecnologia e operações, recursos humanos, governança e compliance, gestão financeira, além de estratégia e planejamento. Adicionalmente, o Conselho possui a faculdade de delegar determinadas funções à Diretoria, quando julgar apropriado.

Embora não atue diretamente em todas as frentes, o Conselho mantém a prerrogativa de solicitar deliberações sobre propostas nas quais não tenha tido participação anterior. Exemplos de suas atribuições incluem a aprovação do orçamento da estrutura organizacional, a modificação, aprovação, veto e monitoramento das políticas salariais e de desenvolvimento de recursos humanos, bem como o acompanhamento de casos excepcionais tratados pelos comitês técnicos.

As decisões do Conselho de Administração são tomadas por maioria simples dos votos dos membros presentes, desconsideradas eventuais abstenções, garantindo um processo decisório simples, ágil e alinhado às necessidades do ecossistema.

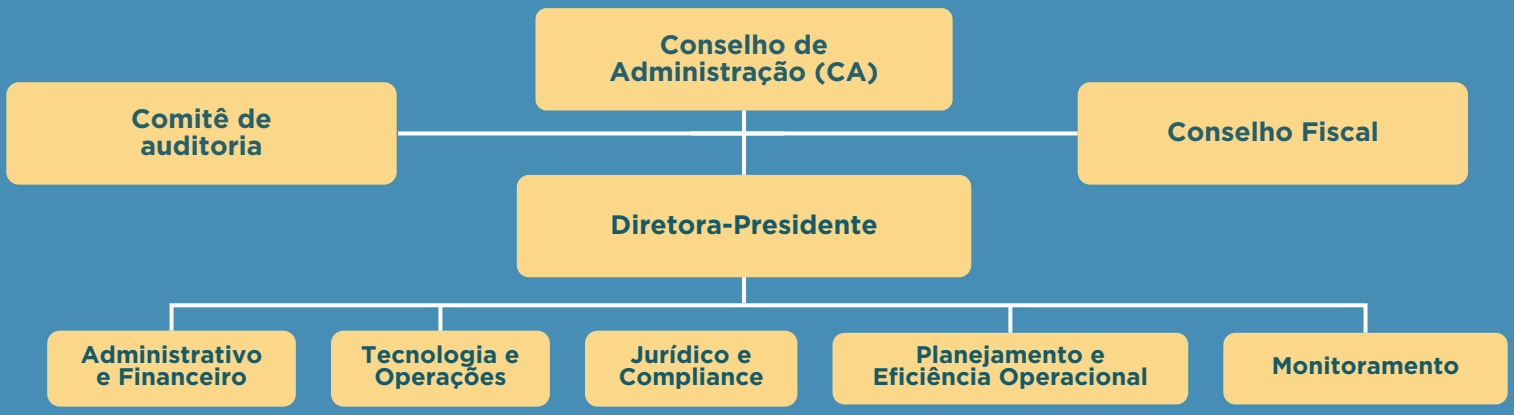
2.2.3 Diretorias

As Diretorias do Open Finance na nova estrutura são compostas por membros escolhidos pelo Órgão de Direção Superior (Conselho de Administração), representando um avanço na institucionalização da Estrutura de Governança.

A Estrutura de Diretorias da Associação Open Finance foi definida para garantir uma gestão eficiente, capaz de atender às demandas do ecossistema, consolidando as responsabilidades dentro da governança da Associação. Essa configuração foi estabelecida a partir das discussões conduzidas pelo Grupo de Trabalho de Estrutura Definitiva (GT ED) e formalizada após a aprovação das propostas de Diretorias durante as 218ª e 220ª Reuniões do Conselho Deliberativo.

A seguir, a estrutura aprovada é apresentada, destacando os papéis e as interconexões entre os órgãos responsáveis pela administração e operacionalização do Open Finance no Brasil.

Estrutura da **Associação**



Administrativo e Financeiro

- Pessoas e Cultura
- Financeiro
- Compras
- Gestão administrativa de terceiros
- Comunicação
- Processo orçamentário (criação e acompanhamento)

Tecnologia e Operações

- Infraestrutura
- Segurança do ecossistema
- Segurança corporativa
- Especificações
- Inteligência e gestão de dados (incluindo Arquitetura e Cloud)
- Secretariado dos comitês técnicos
- Gestão operacional de terceiros
- Gestão de plataformas
- Elaboração e submissão ao Conselho de propostas sobre padrões tecnológicos e procedimentos operacionais

Planejamento e Eficiência Operacional

Planejamento estratégico da Estrutura

- Priorização de atividades e funcionalidades
- Análise de impacto, em termos de custo, complexidade e benefício, de propostas de expansão, revisão ou mudança do escopo de dados e de serviços, assim como submissão dessas propostas ao Conselho de Administração

Acompanhamento da eficiência operacional

- Monitoramento da qualidade dos serviços prestados pela Estrutura de Governança do Open Finance
- Identificação, de forma contínua, de oportunidades de melhoria na prestação de serviços
- Reporte de informações sobre a prestação de serviços da Estrutura de Governança do Open Finance ao Conselho de Administração e ao Banco Central do Brasil
- Avaliação de tendências
- Identificação de ineficiências e riscos e proposição de melhorias

Jurídico e Compliance

- Apoio jurídico
- Riscos e compliance
- Gestão de contratos e políticas (incluindo resolução de disputas)
- Secretariado operacional do Conselho, AGO (Assembleia Geral Ordinária) e AGE (Assembleia Geral Extraordinária)

Monitoramento

- Análise contínua dos itens monitorados previstos em regulamentação ou na documentação da Estrutura de Governança
- Operacionalização do Fluxo de Monitoramento estabelecido pela Estrutura de Governança do Open Finance
- Disponibilização das informações requeridas na regulamentação ou na documentação da Estrutura de Governança para:
    - Instituições participantes
    - Estrutura de Governança
    - Cidadãos
    - Banco Central do Brasil
- Identificação de potenciais novos itens a serem monitorados e métricas relacionadas

Comitê de Auditoria

- Avaliação da qualidade e a efetividade dos serviços e sistemas necessários ao cumprimento dos objetivos sociais da Associação

As Diretorias passaram a assumir grande parte das funções executivas anteriormente desempenhadas pelo Conselho Deliberativo, agora Conselho de Administração. Entre suas principais responsabilidades, destacam-se a gestão das questões administrativo-financeiras — incluindo processos de rateio, arrecadação e pagamentos a fornecedores, além da condução e monitoramento da adesão de novas instituições ao Open Finance. Adicionalmente, cabe às Diretorias a elaboração e submissão de propostas ao Conselho de Administração nas áreas de compliance e recursos humanos, abrangendo, entre outros temas, o acompanhamento de novas regulamentações, políticas de gestão de pessoas, planos de sucessão da liderança e estrutura organizacional.

Também cabe às Diretorias coordenar e operacionalizar os comitês técnicos, além de desempenhar outras funções essenciais nas áreas técnica, operacional, jurídica e de estratégia e planejamento, sempre seguindo as diretrizes estabelecidas pelo Órgão de Direção Superior.

2.2.4 Conselho Fiscal

Além das Diretorias, a Estrutura de Governança do Open Finance passa a contar com o Conselho Fiscal, um órgão permanente responsável por garantir a transparência e a conformidade financeira da Associação. O Conselho passa a contar com três membros titulares e três suplentes, eleitos em Assembleia Geral, o conselho desempenha um papel fundamental na fiscalização da gestão, na análise de relatórios financeiros e no monitoramento da aplicação dos recursos da Associação.

Entre suas principais atribuições, o Conselho Fiscal acompanhará as Assembleias Gerais, examinará balancetes e documentos contábeis, emitirá pareceres sobre a administração e poderá convocar a Assembleia quando necessário. Além disso, terá o dever de denunciar fraudes ou irregularidades, assegurando que as práticas da Associação estejam sempre alinhadas às normas estatutárias e aos melhores princípios de governança.

2.2.5 Comitê de Auditoria

O Comitê de auditoria também passa a ser um órgão permanente da estrutura de governança do Open Finance, responsável por supervisionar e garantir a integridade dos processos financeiros e de relatórios da organização, cuja responsabilidade engloba a supervisão de auditorias externas, avaliação de riscos, conformidade legal e regulatória e comunicação com o Conselho. Este comitê é composto por dois membros.

O Comitê de Auditoria desempenhará um papel crucial na promoção da boa governança corporativa, ajudando a proteger os interesses de associados e outras partes interessadas.

2.3 A definição do GT ED como arena técnica das discussões para constituição da Associação

A Resolução BCB nº 400 foi concebida a partir de estudos realizados por Grupos Técnicos de Trabalho (GTs), que se dedicaram a avaliar e definir o modelo mais apropriado para a criação de uma instituição voltada ao Open Finance. Deste processo emergiu a Associação Open Finance, reconhecida como a estrutura jurídica ideal para centralizar contratos, fornecedores e a gestão operacional do ecossistema. A Associação conta com uma equipe especializada, comprometida em garantir uma governança robusta e um funcionamento eficiente.

O GT de Estrutura Definitiva desempenhou um papel fundamental na criação da Associação Open Finance. Esse grupo foi responsável por discutir e desenvolver propostas que definissem a natureza jurídica e as funções da Estrutura Definitiva, em conformidade com a Resolução Conjunta nº 1, a legislação nacional e os requisitos de governança da infraestrutura comum. Essas diretrizes foram essenciais para garantir a sustentabilidade do Open Finance após a implementação da última fase da Estrutura Inicial.

Além disso, o GT de Estrutura Definitiva desempenha um papel crucial no desenvolvimento de um modelo de governança robusto e eficiente a longo prazo. Por meio da estruturação associativa e funcional do Open Finance, o grupo conta com a participação de representantes jurídicos de diversas instituições do ecossistema, garantindo que o modelo esteja alinhado às necessidades do mercado e à evolução do setor financeiro no Brasil.

2.4 Dezembro de 2024 marca a constituição da Associação

A Assembleia de Constituição da Associação Open Finance representou um marco histórico para a consolidação da governança do ecossistema no Brasil. Realizada em 5 de dezembro de 2024, em São Paulo, essa assembleia formalizou a criação da Associação, dando início a uma nova estrutura dedicada à gestão e ao desenvolvimento sustentável do Open Finance no país.

Durante a reunião foram aprovados o Estatuto Social da Associação e a Estrutura Definitiva de governança, estabelecendo as bases para um modelo mais profissionalizado e eficiente. Também ocorreu a eleição dos membros do Conselho de Administração, que agora representam os diversos segmentos do mercado financeiro na nova entidade.

A governança do Open Finance evoluiu de um caráter meramente deliberativo para uma abordagem executiva, garantindo maior autonomia e capacidade de decisão. A constituição da Associação foi um marco essencial para a evolução do Open Finance, assegurando que o ecossistema seja administrado de maneira organizada, transparente e sustentável.

Com a nova estrutura, a governança ganhou ainda mais independência e eficiência, permitindo que as instituições participantes colaborem de forma mais sinérgica para impulsionar a inovação no Brasil.

2.5 A mudança de Conselho Deliberativo (CD) para Conselho de Administração (CA)

A Estrutura de Governança da organização passou por uma transformação significativa com a transição do Conselho Deliberativo (CD) para o Conselho de Administração (CA), refletindo uma mudança institucional importante. Antes da criação da Associação, o Conselho Deliberativo era composto por representantes das Associações participantes (da Febraban a ABFintechs) e tinha como função principal deliberar sobre questões tático-operacionais. Esse modelo priorizava a representatividade do ecossistema e o debate coletivo sobre as diretrizes do Open Finance, assegurando que os interesses das instituições estivessem refletidos nas decisões da organização.

Com a constituição da Associação, tornou-se essencial adotar uma Estrutura de Governança ainda mais robusta e eficiente. Assim, surgiu o Conselho de Administração, que representa o Órgão de Direção Superior e substitui o Conselho Deliberativo, assumindo um papel central na tomada de decisões estratégicas.

O Conselho Deliberativo já possuía competências para definir diretrizes operacionais e garantir a execução das iniciativas da entidade, sempre de forma colegiada e de acordo com as regras de governança estabelecidas nos documentos da Estrutura Inicial. No entanto, com a formação do Conselho de Administração, além de estabelecer um vínculo legal dos conselheiros com a Associação, este novo órgão assume as atribuições estratégicas do CD, delegando os temas operacionais e a direção do dia a dia da Associação à Diretoria Executiva, conforme delineado no Estatuto Social, nos Regimentos e nas Políticas da Associação, consolidando uma governança mais estruturada, formalizada e eficiente.

Essa mudança fortalece a governança, proporcionando maior clareza nos processos decisórios e conferindo ao Conselho o foco nas definições estratégicas. O Conselho de Administração, portanto, desempenha um papel fundamental na consolidação e evolução do Open Finance no Brasil.

2.6 Nasce a Associação Open Finance

A criação da Associação representa um marco na estruturação definitiva da governança do Open Finance no Brasil.

Após intensos debates e contribuições do GT Estrutura Definitiva, e após a Assembleia de Constituição em 5 de dezembro de 2024, sua criação foi concretizada em 27 de dezembro de 2024, com a emissão de seu CNPJ próprio, estabelecendo um modelo de governança independente, eficiente e alinhado às melhores práticas do setor.

A Associação Open Finance é uma entidade sem fins lucrativos, atuando nacionalmente em temas regulados pelo Banco Central do Brasil, sendo regida pelo Código Civil e por seu Estatuto Social.

Sua principal finalidade é fornecer a infraestrutura necessária e suporte técnico para a operacionalização do Open Finance no Brasil, facilitando o compartilhamento de dados e serviços entre instituições autorizadas, em conformidade com as diretrizes do CMN e do Banco Central. A Associação deve considerar os objetivos da regulamentação do Open Finance, as aplicações práticas dos dados compartilhados, a razoabilidade econômica e a equidade entre as instituições participantes.

Com sede em São Paulo, a Associação pode abrir escritórios em outras localidades e tem duração indeterminada. Com uma estrutura robusta e um modelo de governança bem definido, a Associação desempenha um papel fundamental na consolidação das bases para o futuro do compartilhamento de dados e serviços financeiros no país, garantindo segurança, equidade e eficiência para todos os envolvidos, reafirmando o compromisso com o avanço do Open Finance no Brasil.

Cinco anos de Evolução

Capítulo 3

Cinco
anos de evolução

Nosso relato começa em 2020, com a publicação da Resolução Conjunta nº 1, que passou a estabelecer o arcabouço regulatório para a implementação do Sistema Financeiro Aberto no Brasil (então ainda denominado Open Banking). Esse foi o ano em que se instituiu a Estrutura Inicial de governança, contando já com representantes de associações que compunham uma parte significativa do Sistema Financeiro Nacional. Importantes discussões ocorreram em diversos Grupos Técnicos (GTs) do Open Finance, nos quais definimos dados a serem compartilhados, infraestrutura a ser implementada, padrões de segurança, tópicos sobre prevenção a fraudes, entre outras definições técnicas que possibilitaram a construção inicial do ecossistema.

O primeiro *go live* ocorreu em 1º de fevereiro de 2021, marcando a criação efetiva da infraestrutura tecnológica compartilhada central. Isso envolveu a implementação do diretório central de participantes, o portal, o *service desk*, as primeiras APIs de compartilhamento de produtos e serviços (dados abertos) e padrões de segurança de classe mundial. Esse feito já seria significativo por si só.
No segundo semestre, voltamos nossas atenções para a implementação das primeiras APIs com dados de clientes e o início dos consentimentos, encerrando o ano com o lançamento do primeiro serviço:
A iniciação de pagamentos via Pix.

Foi um ano de inovação em massa.

Como em todo programa dessa magnitude, a evolução não se dá sem desafios. Em 2022, realizamos um "freio de arrumação", um esforço da Estrutura Inicial em colaboração com o regulador (Banco Central do Brasil) para melhorar a interoperabilidade das instituições participantes. Criamos grupos de trabalho com esse objetivo, reunindo especialistas de diversas instituições, desde grandes bancos até fintechs, ajustamos especificações e políticas, conseguindo superar os principais problemas. O ano também foi marcado pelo aprimoramento das APIs de dados transacionais (cadastro, saldo, extrato, cartão de crédito, operações de crédito), com várias novas versões sendo publicadas e implementadas, além de melhorias na iniciação de pagamentos.

O ano de 2023 foi, por sua vez, o da consolidação e do crescimento do compartilhamento, com 15 novas APIs disponibilizadas, totalizando mais de 30 produtos com APIs em produção. Além disso, fizemos jus ao conceito de Open Finance, ao compartilhar informações sobre investimentos, seguros, previdência, câmbio e capitalização – o nome Open Finance foi adotado oficialmente pelo programa em maio daquele ano.

Em 2024, o foco esteve na performance do ecossistema, na melhoria da qualidade e eficiência dos serviços e na ampliação do monitoramento. Esse foi também o ano da definição, estruturação e realização da Assembleia de Constituição da Associação Open Finance, que criou oficialmente a entidade responsável por conduzir o programa em sua trajetória de crescimento e sucesso.

3.1 Detalhamento das fases do Open Finance

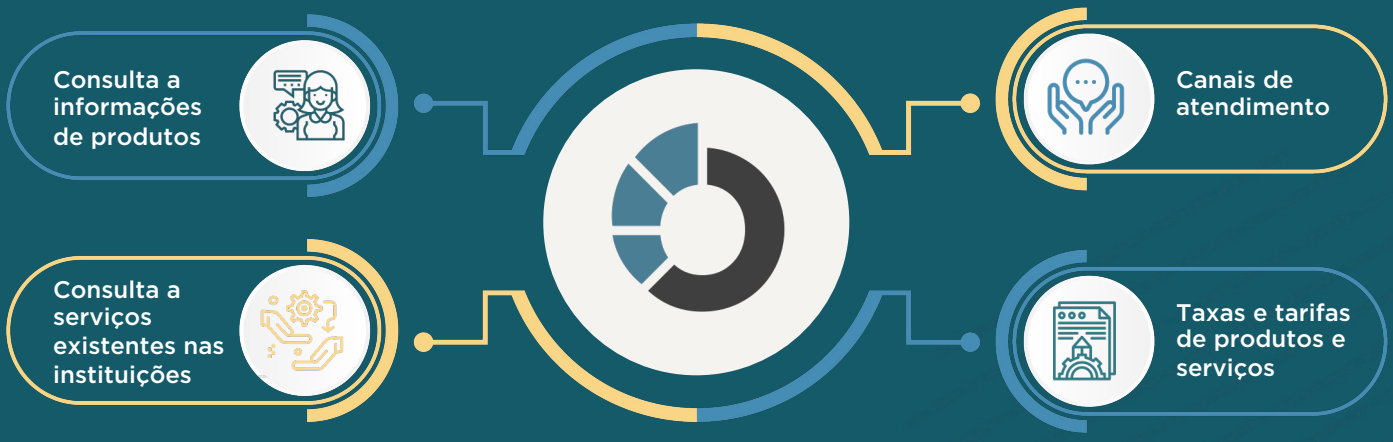
A implementação do Open Finance no Brasil ocorre por meio de um processo estruturado e gradual, dividido em fases que expandem progressivamente o escopo de compartilhamento de dados e serviços financeiros.

Essa abordagem assegura uma adaptação paulatina do mercado e dos consumidores às novas possibilidades, sempre priorizando a segurança e o controle do usuário sobre suas informações. Desde a padronização dos dados institucionais até a oferta de serviços financeiros mais integrados e personalizados, cada fase representa um avanço significativo na transformação do setor.

A seguir, detalhamos as macroetapas dessa jornada e seu impacto para os consumidores e as instituições financeiras.

Fase 1

Dados públicos das instituições participantes



Na Fase 1, as instituições devem permitir acesso a informações de seus produtos e serviços e de seus canais de atendimento, incluindo taxas e tarifas de cada item ofertado. Uma grande vantagem para os clientes: permite novas comparações entre produtos e serviços financeiros, o que facilita a escolha da solução mais adequada para as necessidades de cada consumidor.

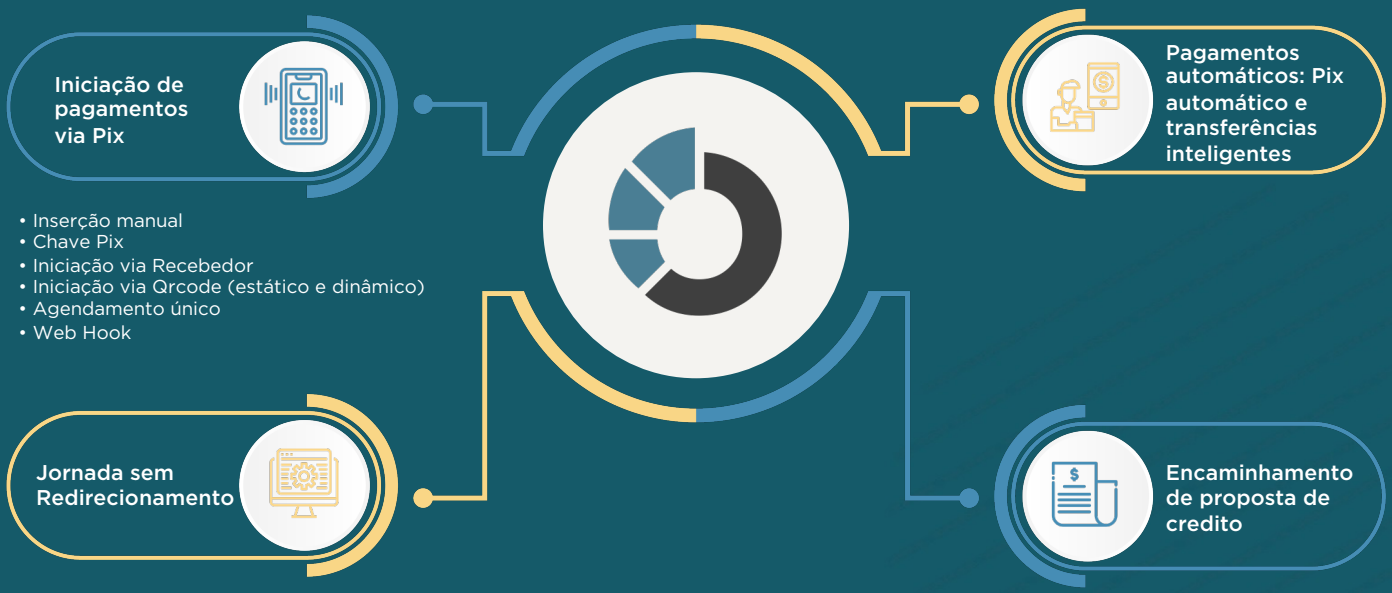
Fase 2

Dados Cadastrais e Transacionais de Clientes

Já na Fase 2, os consumidores podem compartilhar seus dados (cadastros, transações em conta, informações sobre cartões e operações de crédito) entre as instituições que desejarem. O compartilhamento só pode ser feito mediante consentimento explícito do usuário, que tem a liberdade de revogar a permissão a qualquer momento. Vantagem para os clientes: possibilita o surgimento de novos produtos e serviços e a oferta de soluções ainda mais personalizadas e acessíveis.

Fase 3

Serviços de iniciação de pagamento e de encaminhamento de proposta de crédito



Na Fase 3, os consumidores têm acesso a serviços financeiros como a iniciação de transações de pagamentos via Pix, sem a necessidade de acessar os canais das instituições financeiras detentoras de conta, e o encaminhamento de propostas de crédito (ainda a ser definido pelo Banco Central). Vantagem para os clientes: maiores facilidade e flexibilidade na realização de pagamentos em múltiplas contas, mais autonomia no acesso a serviços financeiros, uma vez que o consumidor poderá receber e contratar propostas de crédito de outras instituições além daquelas em que já é cliente.

Fase 4

Ampliação de dados, produtos e serviços

A fase 4 é dividida em:

Expandiu o escopo de informações que devem ser compartilhadas pelas instituições, sobre seus produtos e serviços

Informações compartilhadas:

- Investimentos
- Câmbio
- Seguros
- Previdência
- Capitalização
- Credenciamento

Habilitou a possibilidade de compartilhamento de dados transacionais dos clientes, mediante seu consentimento

Informações compartilhadas:

- Investimentos
  - Fundos de investimento
  - Renda fixa bancária
  - Renda fixa crédito
  - Renda variável
  - Tesouro direto
- Câmbio

Por fim, na Fase 4, há a inclusão de novos dados que podem ser compartilhados entre as instituições, além da ampliação do escopo para novos produtos e serviços, como seguros, previdência, capitalização, investimentos, câmbio e credenciamento.

Para os clientes, essa etapa representa um controle ainda maior sobre o compartilhamento de uma gama mais ampla de informações, o que permite o desenvolvimento de soluções cada vez mais personalizadas, adaptadas às necessidades específicas de cada perfil.

3.2 Evolução do Ecossistema

Maio a Dezembro 2020
Criação da Governança e dos grupos técnicos (GTs)

Fevereiro 2021
Fase 1: Dados Abertos

Habilitou a consulta de informações de produtos e serviços existentes nas instituições

Informações compartilhadas:
- Canais de atendimento
- Produtos e Serviços (taxas/tarifas)

Agosto/Setembro 2021
Fase 2: Dados Transacionais

Habilitou a possibilidade de compartilhamento de dados cadastrais e transacionais dos clientes das instituições participantes.

Informações compartilhadas:
- Cadastro
- Contas
- Cartões
- Operações de Crédito

Outubro 2021
Fase 3A: Iniciação de Pagamento via Pix

Habilitou a Iniciação de Pagamentos Únicos via PIX

Formatos:
- Inserção Manual
- Chave Pix
- Iniciação via Recebedor

Fevereiro 2022
Fase 3A: Iniciação de Pagamento Pix

Nova funcionalidade:
- Iniciação via QRCode

Março 2022
Aprimoramento das APIs das Fase 2 e 3

Compartilhamento de Dados Cadastrais e Transacionais de Cadastro, Conta, Cartões e Operações de Crédito e Iniciação de Pagamentos Únicos via Pix

Fevereiro 2023

Fase 3A: Iniciação de Pagamento Pix

Nova Funcionalidade:

- Agendamento Único

Abril 2023

Fase 4A: Dados Abertos

Expandiu o escopo de informações que podem ser compartilhadas pelas instituições

Informações compartilhadas:

- Investimentos
- Câmbio
- Seguros
- Previdência
- Capitalização
- Credenciamento

Setembro 2023

Fase 3A: Iniciação de Pagamento Pix

Nova Funcionalidade:

- Webhook

Outubro 2023

Fases 2, 3 e 4B: Dados Transacionais e serviços

Habilitou a possibilidade de compartilhamento de dados transacionais dos clientes das instituições participantes

Informações compartilhadas:

- Investimentos

Aprimoramento das APIs das Fases 2 e 3

Melhorias nas especificações de dados cadastrais e transacionais dos clientes, assim como novas funcionalidades na Iniciação de pagamentos

Novembro 2023

Aprimoramento das APIs da Fase 1 Informações de produtos e serviços existentes nas instituições

Informações compartilhadas (dados das instituições):

- Admin

Fevereiro 2024

Aprimoramento nas APIs de Métricas e em APIs já existentes da Fase 2

Melhoria nas APIs Comuns (Métricas) e Canais de atendimento (Fase 1) e quebra da API Produtos e Serviços em 6 novas APIs:

- Contas
- Cartão de crédito
- Empréstimos
- Financiamentos
- Direitos creditórios descontados
- Adiantamento a depositantes

Março 2024

Aprimoramento das APIs da Fase 2

Melhorias nas especificações de contas, cartão de crédito, consentimentos e recursos

Abril 2024

Aprimoramento das APIs das Fases 3 e 4B

Melhorias nas especificações de agendamentos recorrentes, assim como novas funcionalidades na Iniciação de pagamentos e informações compartilhadas:

- Transferências Inteligentes (3)
- Câmbio (4B)

Maio 2024

Aprimoramento das APIs da Fase 4A

Melhorias nas especificações de informações compartilhadas:

- Títulos de capitalização
- Previdência
- Seguros

Agosto 2024

Aprimoramento nas APIs da Fase 2

Inclusão de dados do empregador nas APIs de Dados Cadastrais e Contas

Novembro 2024

Nova funcionalidade na iniciação de pagamentos – a jornada sem redirecionamento

Início do piloto em produção da jornada sem redirecionamento

3.3 Evolução da infraestrutura no ecossistema

O Open Finance Brasil teve seu início em 2020, com uma arquitetura da infraestrutura tecnológica central definida por regulação. Essa infraestrutura inclui um diretório central, que serve como repositório de informações das instituições participantes; uma plataforma de atendimento, canal para encaminhamento das demandas de instituições e clientes (*service desk*); uma plataforma de resolução de disputas, destinada à discussão estruturada de problemas entre instituições; um portal de informações para o público geral e para os desenvolvedores; requisitos de segurança; e um painel de indicadores autorreportados (*dashboard*).

Desde então, houve transformações significativas e, em 2024, o ecossistema do Open Finance mais uma vez evoluiu e se expandiu, com a inclusão de novas instituições participantes e funcionalidades. Consequentemente, a infraestrutura compartilhada central também necessitou de evolução e crescimento.

A seguir, identificamos os componentes da infraestrutura compartilhada que passaram pelas atualizações mais relevantes em 2024.

3.3.1 Ferramenta de Validação em Produção (FVP)

A Ferramenta de Validação em Produção (FVP) é utilizada para monitorar o comportamento funcional das APIs em ambiente produtivo. Ao longo do tempo, ela evoluiu, agregando diferentes escopos, enquanto novas APIs ou versões foram implementadas.

Inicialmente, a FVP realizava apenas testes que não precisavam de autenticação de usuário. Em 2023 evoluiu para permitir testes de validação de consentimento e, seguindo esse fluxo, em 2024 ela iniciou testes que validam a jornada completa de compartilhamento de dados e de iniciação de pagamentos.

Esses testes são executados regularmente para todas as marcas, seja pelo fornecedor contratado para apoiar as instituições nesse processo, ou pelas próprias instituições.

3.3.2 Monitoramento de desconformidades

Outra grande evolução da infraestrutura compartilhada em 2024 foi o Painel de acompanhamento de situações de desconformidade, uma plataforma de visualização de dados que, com base na instrução normativa nº 575, mostra a situação das instituições participantes de acordo com alguns indicadores:

- Desempenho, disponibilidade e cadastro de APIs
- Publicação, retirada e aderência de APIs
- Certificação funcional
- Modalidades de participação
- Atendimento do prazo dos *tickets* do *service desk*
- Qualidade de dados
- Reporte de informações
- Taxa de conversão (transmissor e detentor de conta)

A ocorrência de desconformidades em relação aos itens acima, ocasionada por qualquer desvio em relação ao padrão estabelecido para cada um dos indicadores, leva à abertura de *tickets* à instituição participante em desconformidade.

3.3.3 Motor de Qualidade de Dados (MQD)

Com o desafio da interoperabilidade entre instituições participantes, um problema significativo superado em 2022, o ecossistema voltou-se para outra questão: a qualidade dos dados compartilhados.

O Banco Central determinou a implementação do Motor de Qualidade de Dados (MQD) pelas instituições transmissoras – que representam 99% dos dados do ecossistema –, assegurando, assim, a excelência dos dados presentes nas APIs dos participantes. Essa ferramenta é desenvolvida pela Estrutura, e então disponibilizada às instituições participantes.

As instituições executam, em seus ambientes, o MQD, que então gera uma massa de informações sobre qualidade e a envia para um processamento centralizado. É relevante ressaltar que nenhuma informação de cliente é registrada e/ou compartilhada na massa de informações de qualidade.

3.3.4 Plataforma de Coleta de Métricas (PCM)

A Plataforma de Coleta de Métricas (PCM) é uma ferramenta de caráter regulatório que armazena e organiza as interações entre instituições participantes, sem violar qualquer sigilo das informações compartilhadas ou serviços realizados, por meio de metadados. Esses metadados são enviados periodicamente pelas instituições participantes para a plataforma, permitindo um acompanhamento da saúde do ecossistema.

A atualização do ambiente produtivo da PCM realizada em 2024 visou a melhorar a capacidade e a performance para lidar com uma quantidade muito maior de informações – inicialmente, a PCM coletava dados apenas das APIs de fase 3 (iniciações de pagamento), e neste ano passou a coletar também dados das APIs de fase 2 (dados de cliente). A título de comparação, o número de chamadas de APIs de fase 3 por semana é da ordem de poucas centenas de milhões, enquanto para a fase 2 é da ordem de bilhões.

3.3.5 FAPI

FAPI (Financial grade API) é um padrão técnico desenvolvido pela OpenID Foundation, criado para atender aos padrões de segurança exigidos pela indústria financeira.

A implementação original do FAPI no Open Finance Brasil, chamada de FAPI-BR, adotava diversos métodos de autenticação. Era como se alguém falasse múltiplos idiomas, e a pessoa interlocutora, para poder se comunicar, também precisasse ser poliglota. Apesar de tecnicamente refinado, isso trazia um nível adicional de complexidade para o desenvolvimento das instituições e para a interoperabilidade do ecossistema.

Em 2024, a Estrutura atualizou esse padrão para o FAPI único, de forma a simplificar os métodos de autenticação existentes na infraestrutura do Open Finance para "uma única língua-mãe". Com a adoção do novo método (*private-key-jwt*), houve uma facilitação no processo de autenticação, eliminando múltiplos métodos.

3.3.6 Cibersegurança

O Open Finance Brasil tem como premissa fundamental o gerenciamento amplo e eficiente dos riscos de segurança de todo o seu ecossistema. Com isso em mente, são aplicadas diversas ferramentas, tecnologias, políticas e métodos que fomentam uma gestão atuante, efetiva e preventiva na mitigação de riscos de ataques cibernéticos e no uso não autorizado de informações sensíveis. Garantem também integridade, confidencialidade e disponibilidade dos dados.

Ressaltamos a seguir alguns dos principais elementos dentro da estrutura de segurança cibernética do nosso ecossistema:

- O CISO (Chief Information Security Officer) é um dos pilares da cibersegurança e peça primordial na governança, tendo um papel estratégico na segurança de todo o ecossistema. Ele lidera iniciativas de toda a comunidade envolvida, estabelecendo e regendo uma cultura de segurança. Dentre os seus papéis estão a criação de políticas de segurança, o gerenciamento de riscos por meio de uma contínua avaliação de vulnerabilidades e ameaças, bem como uma rápida resposta na identificação e correção de incidentes e violações.
- O Security Operations Center (SOC) é uma estrutura centralizada e especializada em cibersegurança para monitorar, detectar, analisar e responder a incidentes de segurança. O SOC estabelece padrões e monitora o ecossistema, identificando atividades suspeitas ou que possam indicar algum comprometimento ou violação de segurança. Seu pronto atendimento é uma linha de defesa ativa, além de gerar insumos para a criação e a evolução da segurança cibernética.
- O MISP (Malware Information Sharing Platform) é uma plataforma colaborativa que possibilita o armazenamento e a troca de informações entre os participantes do ecossistema sobre ameaças e incidentes, sendo essencial para prevenir potenciais ataques. Sua estrutura possibilita um mapeamento das atividades de ameaças e ataques gerando insumos para ações preventivas de segurança.
- O uso de testes de intrusão (Pentests) é outra prática recorrente (e regulatória) adotada pelo Open Finance na busca contínua de identificação e avaliação de riscos e vulnerabilidades. Basicamente, um Pentest é um ataque controlado, imitando métodos e atitudes que um invasor empregaria para explorar vulnerabilidades. Ao adotar essa prática, conseguimos identificar fraquezas e falhas e, assim, atuar preventivamente a possíveis ataques.

3.3.7 Service Desk e Portal do Desenvolvedor

O Service Desk é o serviço de suporte técnico que ajuda a resolver problemas e solicitações relacionadas ao ecossistema do Open Finance, envolvendo instituições participantes, os fornecedores da infraestrutura compartilhada e o público em geral. Entre outras coisas, centraliza e mantém os tickets de suporte técnico, ajuda a resolução de problemas relacionados ao funcionamento do Open Finance, recebe e processa requisições e incidentes e informa indisponibilidades programadas. Via Service Desk, as instituições e cidadãos podem também relatar problemas ou dificuldades encontradas, e a Estrutura e outras instituições, por outro lado, devem responder a esses chamados.

Em 2024, a evolução do Service Desk ocorreu para garantir um correto atendimento aos novos produtos lançados no ecossistema.

O Portal do Desenvolvedor é um website público com informações relevantes para o público em geral, as instituições participantes e os desenvolvedores, auxiliando-os no conhecimento e na implementação do Open Finance.

Da mesma forma que o Service Desk, o Portal foi atualizado conforme a necessidade de se inserir as modificações da infraestrutura, da governança e dos novos produtos. É um organismo vivo na infra compartilhada, divulgando e orientando o público em geral sobre o Sistema Financeiro Aberto.

3.3.8 APIs

O ano de 2024 foi um período de notável desenvolvimento e expansão para o Open Finance Brasil, com um foco expressivo na área de pagamentos. Este ano foi caracterizado por um esforço contínuo que resultou na publicação de oito novas APIs, além de nove versões *majors* e cinco versões *minors*.

No âmbito dos pagamentos, destacamos a introdução da funcionalidade Transferências Inteligentes, que faz parte da nova API de Pagamentos Automáticos. Essa inovação representa uma abordagem estratégica para a gestão inteligente de saldos em contas relacionadas, permitindo a transferência automática de fundos. Simultaneamente, a atualização da API de Pagamentos incluiu o produto Agendamentos Recorrentes, cujo principal objetivo é possibilitar que os usuários agendem múltiplos pagamentos para um recebedor específico, mantendo uma relação direta e eficiente de "1:1" entre pagador e recebedor.

Ainda em relação à evolução dos pagamentos, a API de Vínculo de Dispositivo foi aprimorada e, em novembro de 2024, iniciou-se o piloto em produção da jornada sem redirecionamento.

Para facilitar a evolução do compartilhamento de informações dos produtos Contas, Cartão de Crédito, Financiamento, Empréstimos, Direitos Creditórios e Adiantamento a Depositantes, a API de Produtos e Serviços foi desdobrada em seis novas APIs, uma para cada produto. Essa segmentação tornou o desenvolvimento e a implementação mais eficientes.

Adicionalmente, houve melhorias nas APIs de Canais de Atendimento, Seguro, Previdência, Títulos de Capitalização e na API Comum. O escopo de dados cadastrais e transacionais a serem compartilhados pelos clientes foi ampliado com a publicação da API de Câmbio, permitindo o compartilhamento de informações relacionadas a operações de câmbio. Com a inclusão de dados do empregador nas APIs de Contas e Dados Cadastrais, o conjunto de informações que podem ser compartilhadas com o consentimento do cliente tornou-se ainda mais completo.

Por fim, para garantir a evolução da qualidade dos dados compartilhados, as especificações das APIs de Consentimento, Recursos, Empréstimos, Contas e Cartão de Crédito foram aprimoradas.

Em resumo, 2024 foi um ano produtivo para o Open Finance Brasil, com avanços significativos na área de pagamentos e uma expansão no leque de dados disponíveis para compartilhamento, pavimentando o caminho para novas funcionalidades e serviços financeiros mais personalizados e eficientes.

3.4 Open Finance no Contexto Global

No contexto global, a tecnologia de compartilhamento de dados financeiros – Open Banking ou Open Finance – ainda está em sua fase inicial de desenvolvimento, e sua evolução ocorre de maneiras distintas em diferentes regiões.

Na União Europeia, Reino Unido, Coreia do Sul, Austrália e Índia, os governos tornaram uma questão obrigatória que instituições compartilhem as informações de seus clientes, sempre mediante consentimento, para outras instituições, visando a estimular a concorrência.

Em contrapartida, na China, por exemplo, esse movimento é impulsionado pelo próprio mercado, com grandes empresas de tecnologia criando padrões e estabelecendo relações entre si, criando ecossistemas financeiros integrados que conectam serviços bancários, pagamentos e outras soluções financeiras.

No Brasil, o modelo é sustentado por uma estrutura regulatória, com o Banco Central assumindo a responsabilidade de orientar seu direcionamento e com o mercado, de forma organizada, desenvolvendo coletivamente o Open Finance.

Segundo o relatório “The Global State of Open Banking and Open Finance”, publicado em dezembro de 2024 pelo Cambridge Centre for Alternative Finance (CCAF) da University of Cambridge, à medida que o ecossistema global de serviços financeiros evolui, as instituições estão explorando novas maneiras de permitir o compartilhamento de dados. O Open Banking e o Open Finance são partes essenciais desta evolução, fornecendo estruturas sólidas e robustas de segurança e privacidade para o compartilhamento de dados, por meio de modelos inovadores de negócios que promovem a inclusão financeira e melhoram a experiência do cliente.

O estudo aponta que o Open Banking e o Open Finance ganharam força global, com 95 países ao redor do mundo disponibilizando seus benefícios para clientes e empresas. No entanto, o design e a arquitetura técnica dessas estruturas variam significativamente, dependendo dos objetivos políticos de cada jurisdição, das dinâmicas do mercado financeiro, da preparação digital e do cenário regulatório.

Dentre os 95 países, observa-se um progresso não uniforme, com diferentes estágios de implementação, cada um navegando em sua jornada com prioridades distintas. Destaca-se que nenhum modelo único emergiu, evidenciando a inexistência de uma definição universal. O objetivo do regulador, o tamanho do país, seu nível de desenvolvimento econômico e técnico, além de sua estrutura legislativa, contribuem para essas diferenças, criando pontos de partida e bases únicas sobre as quais os países podem construir seus ecossistemas de Open Banking e Open Finance.

O Brasil destaca-se pela rápida adoção do Open Banking e do Open Finance, superando o ritmo de implementação observado em outras partes do mundo. Um dos principais fatores para essa aceleração, além da governança estabelecida, é a infraestrutura tecnológica avançada do Sistema Financeiro Brasileiro, que já era mais madura do que a de muitos países europeus.

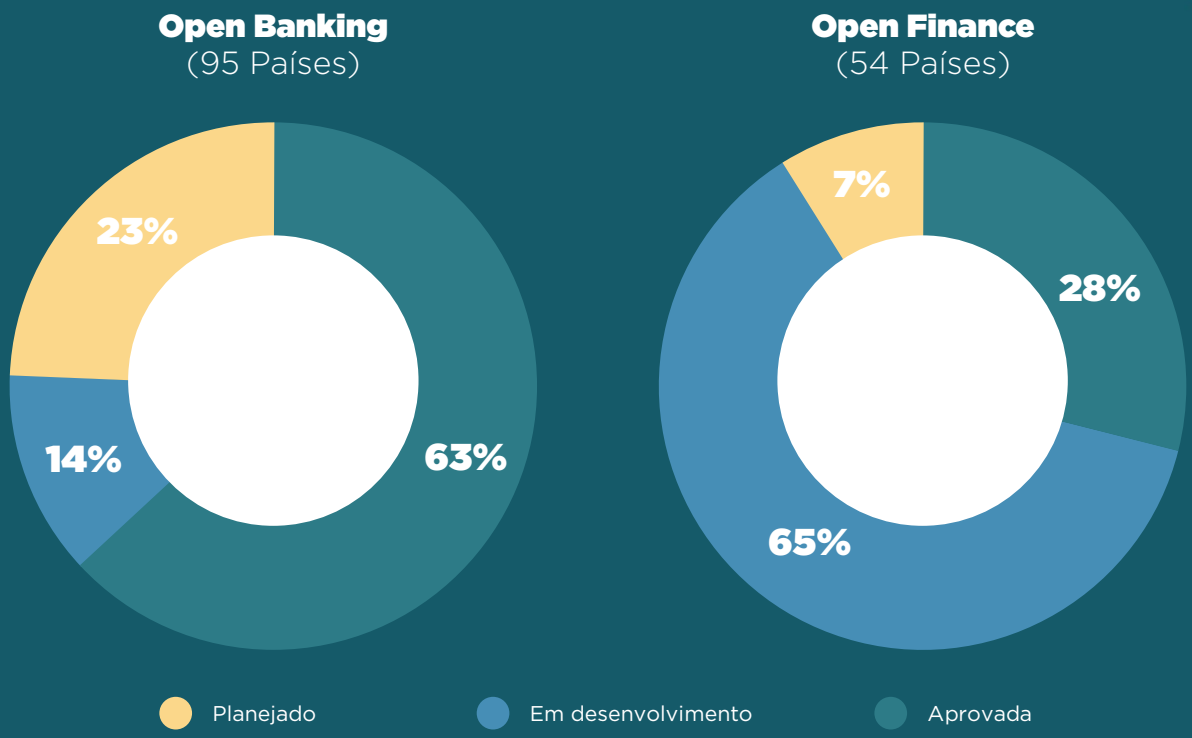
A análise do CCAF conclui que uma abordagem orientada pela regulamentação, como a adotada no Brasil, pode ser 22% mais rápida do que estratégias baseadas no mercado. Além disso, esse modelo tende a abranger uma gama mais ampla de tipos de dados em tempo real, proporcionando um ambiente mais dinâmico e inclusivo.

Embora a estrutura regulatória do Open Finance brasileiro seja relativamente recente em comparação com a da União Europeia e do Reino Unido, seu ecossistema foi concebido para incluir uma variedade muito maior de produtos financeiros. Isso se deve, em grande parte, à visão inovadora do Banco Central do Brasil, que optou por não limitar o escopo do Open Finance apenas a serviços bancários ou de pagamentos, como ocorreu nos primeiros regimes de Open Banking na Europa.

Enquanto o ecossistema de Open Finance amadurece, esperam-se novas atualizações regulatórias e avanços tecnológicos que aprimorem ainda mais a implementação, ampliando a cobertura de dados e serviços disponíveis. Esse cenário reforça a posição do Brasil como um dos líderes globais na modernização do setor financeiro, impulsionando a competitividade e a inclusão no mercado.

Segundo o relatório "The Global State of Open Banking and Open Finance", das 95 jurisdições identificadas, o documento categorizou os estágios de desenvolvimento em três fases distintas:

- **Aprovado:** legislação de Open Banking/Open Finance aprovada ou orientação emitida por autoridade governamental relevante.
- **Em Desenvolvimento:** legislação ou orientação sobre Open Banking/Open Finance está sendo formulada e ainda não foi finalizada ou emitida (por exemplo, circulares emitidas, propostas preliminares, etc).
- **Planejado:** a iniciativa de Open Banking/Open Finance está sendo considerada ou destinada ao desenvolvimento pelas autoridades competentes, embora ações ou anúncios formais ainda não tenham sido feitos (por exemplo, mencionados em estratégias governamentais ou pedidos de consulta iniciados).



Nessa classificação, o Brasil encontra-se no grupo dos 15 países (28% do Open Finance) com legislação aprovada ou orientação emitida por autoridade governamental relevante.

O relatório ressalta que a adoção do Open Banking e do Open Finance no Brasil tem avançado mais rapidamente do que em outras regiões do mundo, principalmente devido à maturidade tecnológica da infraestrutura do Sistema Financeiro Brasileiro, que supera a de muitos países europeus.

Por fim, ao considerar aspectos como regulação centralizada, foco em inclusão financeira, amplitude de dados compartilhados, interoperabilidade, adoção e maturidade, o Brasil se destaca em todas essas dimensões. À medida que o programa avança, o País pode oferecer aprendizados valiosos tanto para mercados em desenvolvimento quanto para aqueles que já estão em estágios mais avançados de implementação.

Fonte: CCAF (2024), The Global State of Open Banking and Open Finance, Cambridge: Cambridge Centre for Alternative Finance, Cambridge Judge Business School, University of Cambridge.

A palavra do Diretor de Tecnologia

Capítulo 4

Élcio Calefi

Diretor de Tecnologia e
Operações do Open Finance Brasil

Tecnologia como **viabilizadora de casos de uso**

Em 2024, o Open Finance no Brasil consolidou-se, impulsionado pelo consentimento de mais de 62 milhões de pessoas que autorizaram o compartilhamento de seus dados entre instituições, por meio de propostas de valores relevantes ao contexto individual de cada cidadão ou empresa, habilitando a hiper personalização. O sistema integrou-se de maneira mais eficaz mediante mais de 102 bilhões de chamadas de APIs, e viabilizou a realização de 10 milhões de pagamentos.

Além disso, o lançamento de pagamentos recorrentes destacou-se, com mais de 1 milhão de transações realizadas em poucos meses, oferecendo aos clientes uma experiência inovadora na gestão de seus pagamentos.

O processamento de mais de 45 TB de dados mensalmente permitiu que iniciativas de monitoramento e segurança garantissem a qualidade e integridade dos dados, reforçando a confiança no ecossistema.

Isso só foi possível pelo empenho dos participantes, regulador e a evolução da estrutura central. Gostaria de destacar frentes relevantes de evolução da estrutura:

- **Segurança corporativa:** identificando nossas oportunidades e melhorando nossos processos, reduzindo assim o risco e melhorando nossa maturidade;

- **Produtos:** continuamos capturando os ganhos de qualidade em nossa esteira de APIs, melhorando *lead time*, qualidade, e centrados nas necessidades dos participantes;

- **Tech e dados:** evoluímos nossas plataformas para suportar o crescimento orgânico e o lançamento dos novos produtos, e estamos implementando nossa visão de referência para agenda de inteligência;

- **Monitoramento:** entregamos um conjunto de ações e funcionalidades que permitem ao participante e ao regulador um visão sistêmica da operação do ecossistema.

Pela frente estamos empenhados em entregar um portfólio que irá transformar e simplificar a relação da sociedade com suas finanças, com lançamentos do Pix por aproximação e um redesenho completo da jornada de portabilidade com o Open Finance. Teremos um olhar priorizado para as necessidades do mundo Pessoa Jurídica, repensando e priorizando nosso portfólio para alavancar novas experiências financeiras para as empresas, facilitando o dia a dia de acordo com suas necessidades.

Vale destacar a Associação Open Finance, criada no final de dezembro, que fortalece ainda mais o ecossistema no Brasil, desenhada para entregar resiliência e inteligência nos serviços oferecidos aos associados e participantes. Um desafio enorme para o próximo período de transição do modelo inicial para essa nova estrutura.

Tornamo-nos referência mundial. Nosso orgulho e nossa responsabilidade aumentam proporcionalmente.

Open Finance na vida real

Capítulo 5

5.1 Testemunhos e experiências de usuários sobre o Open Finance

Do lado dos consumidores, o Open Finance trouxe mais facilidade na obtenção de crédito – e crédito mais barato –, por meio do compartilhamento de dados, e o acesso a uma ampla variedade de produtos financeiros com condições mais vantajosas.

Diversas instituições financeiras, por exemplo, desenvolveram sistemas de gestão financeira que centralizam todas as contas do cliente em um único aplicativo, o que permite não apenas a verificação de saldos e a realização de transações, mas também a utilização de recursos de outros bancos para pagamentos.

Há também alertas inteligentes, como notificações sobre dinheiro parado na conta ou entrada no cheque especial, para ajudar os clientes a aumentarem suas economias. Em breve, outra funcionalidade inovadora será a sugestão automática de portabilidade de crédito, permitindo que os clientes encontrem opções mais favoráveis de forma simples e rápida.

O Open Finance, em conjunto com o Pix, também viabilizou a possibilidade de consumidores sem cartão de crédito realizarem compras parceladas em diversos estabelecimentos, ampliando o acesso ao consumo de forma mais flexível e democrática.

A gestão financeira dos clientes tem sido transformada pelo Open Finance, com maior controle, mais agilidade e melhores oportunidades de crédito. Empresários de diversos setores têm se beneficiado dessa inovação, acessando condições mais vantajosas de financiamento e tomando decisões estratégicas com base em dados mais precisos.

Ao longo desses anos, tivemos alguns exemplos de como o Open Finance facilita o dia a dia das pessoas, principalmente na vida dos empresários. Este é o caso da Raquel* que é empresária há mais de 15 anos e atua na área de turismo. Com uma equipe reduzida, ela organiza as finanças com o seu sócio.

A empresa deles trabalha com dois bancos distintos. O primeiro foi escolhido por ter uma presença consolidada no mercado e pela facilidade de pagamentos. O segundo banco, por sua vez, foi adotado mais recentemente para ampliar opções de crédito. A adesão ao Open Finance, nesse caso, foi motivada pela possibilidade de aumentar a credibilidade financeira da empresa e obter melhores ofertas.

Temos ainda o exemplo do João*, que administra sua própria empresa e percebe diariamente os benefícios da utilização do Open Finance. João aderiu ao Open Finance logo no início do ecossistema, ao enxergar uma possibilidade de facilitar a gestão financeira de sua empresa.

Antes da adesão, ele precisava acessar individualmente cada banco para conferir saldos e realizar pagamentos. Com o Open Finance, passou a visualizar todas as contas em uma única plataforma, otimizando a tomada de decisões financeiras.

Além disso, a empresa utiliza o Open Finance para gerenciar folhas de pagamento e transferências entre contas, reduzindo o tempo de operação e minimizando erros.

De acordo com João, essa inovação aumentou a eficiência do setor financeiro e trouxe maior segurança para a administração dos recursos da empresa.

*os nomes da Raquel e de outras pessoas citadas neste capítulo foram alterados para preservar suas identidades

Renata* é diretora financeira em uma empresa pequena, que possui algumas filiais no Brasil. Ela é responsável pela gestão dos recursos da empresa, análise dos investimentos e relacionamento com as instituições bancárias.

A empresa aderiu ao Open Finance há dois anos, incentivada pelo gerente de um banco. O principal motivo foi ampliar o leque de opções financeiras, permitindo que diferentes instituições analisassem suas informações e oferecessem melhores condições de crédito e serviços.

Apesar de um receio inicial sobre segurança de dados, Renata realizou pesquisas e auditorias antes de aderir à solução. Desde então, o Open Finance facilitou processos como obtenção de crédito para a compra de imóveis e negociações de câmbio. A agilidade no acesso a diferentes ofertas bancárias foi um diferencial positivo.

Henrique* é corretor de imóveis. Sua adesão ao Open Finance ocorreu durante a busca por um crédito imobiliário para aquisição de uma nova sala comercial. Inicialmente, ele e sua equipe resistiram à ideia de compartilhar dados bancários, mas perceberam que a ferramenta poderia proporcionar melhores condições de financiamento. O gerente de um banco explicou que, ao permitir o acesso às informações financeiras, diferentes instituições poderiam competir para oferecer as melhores taxas.

Após a adesão, a empresa conseguiu um financiamento com taxas reduzidas (metade do valor inicialmente previsto). Além disso, a integração bancária facilitou operações diárias, como transferências e pagamentos entre diferentes contas.

Os casos apresentados demonstram como o Open Finance está impactando positivamente a gestão financeira de empresas de diferentes setores. A solução tem se mostrado um diferencial estratégico para acesso a crédito, otimização de processos e tomada de decisões mais assertivas. Temos ciência também de muitos outros casos de sucesso, incluindo personalização e customização de ofertas de crédito usando dados do Open Finance, levando a melhores taxas de juros para empresas do setor do agronegócio, em uma das maiores instituições financeiras do Brasil. Conforme a adesão cresce, a tendência é que mais empresas aproveitem os benefícios dessa inovação para fortalecer seus negócios no mercado brasileiro.

5.2 A relação com o sistema financeiro antes e depois da implementação

A implementação do Open Finance representou uma transformação significativa na maneira como os usuários interagem com o sistema financeiro. Antes dessa inovação, a competição entre as instituições financeiras baseava-se em conclusões estatísticas sobre seus próprios clientes e na comparação de perfis com dados genéricos de concorrentes. Esse modelo resultava em uma captação de clientes e concessão de crédito pautadas por aproximações, como o *score* de crédito, limitando a oferta de produtos personalizados e excluindo potenciais consumidores do mercado financeiro.

Com o advento do Open Finance, essa lógica foi alterada. As análises estatísticas com base nos dados compartilhados permitem que as instituições desenvolvam produtos sob medida para atender a necessidades específicas. Essa evolução já ampliou a gama de produtos disponíveis e aumentou o número de pessoas que podem acessá-los, impulsionando o crescimento das empresas, a criação de empregos e o fortalecimento da economia. Além disso, as instituições financeiras começaram a explorar novos nichos e a oferecer condições mais atraentes para diferentes perfis de clientes.

Essa transformação também se estendeu às transações digitais, especialmente com a utilização do Pix. Um exemplo é a substituição do envio de boletos para pagamento de empréstimos pela opção de pagamento via Pix, por meio do Open Finance, reduzindo riscos de extravio, fraudes e esquecimentos, e tornando o processo mais eficiente e seguro. No setor de e-commerce, uma inovação relevante foi a possibilidade de iniciar pagamentos diretamente pelo Pix no checkout via Open Finance, facilitando a experiência do consumidor e tornando as transações mais ágeis.

Os testemunhos apresentados ao longo deste capítulo atestam como essa evolução beneficiou a vida das pessoas, tornando o sistema financeiro mais acessível, dinâmico e vantajoso. O Open Finance não apenas ampliou as oportunidades, mas também colocou o usuário no centro das decisões financeiras, garantindo maior autonomia e poder de escolha.

A palavra do Regulador

Capítulo 6

A palavra do **Regulador**

As implementações do Open Finance Brasil tiveram início em 2021, estamos diante de um projeto ainda jovem. No entanto, graças à dedicação por parte de todos os envolvidos, alcançamos grandes resultados com a padronização e compartilhamento de um amplo escopo de dados e serviços que conta com mais de 60 milhões de consentimentos e potencial para ir muito além disso. Do ponto de vista do Banco Central o ano de 2024 foi de fortalecimento e profissionalização, a ampliação e melhoria do escopo compartilhado dos anos anteriores cedeu espaço para melhorias estruturais, como o intenso processo de preparação da nova estrutura de governança, bem como para o aperfeiçoamento do processo de monitoramento e da qualidade de dados e serviços.

Isto não significa que o escopo de produtos e serviços deixará de ser continuamente aperfeiçoado e ampliado, e sim que hoje este processo adquiriu uma dinâmica própria, mais orgânica, em razão da pluralidade de visões e interesses que o ecossistema do Open Finance comporta. Assim, o Banco Central tem desempenhado cada vez menos um papel de indutor desse crescimento, e mais de mediador entre estas visões.

O reconhecimento desta maturidade, assim como os crescentes esforços de articulação de todos os participantes, tornou não apenas bem-vinda como necessária a formalização da nova estrutura de governança, que teve como marco fundamental a recente fundação da Associação Open Finance. Assim, abre-se caminho para que o projeto atinja um novo patamar de profissionalização com o estabelecimento de diretorias com autonomia operacional que atendam a aspectos jurídicos, administrativos, de comunicação e de monitoramento, entre outros aspectos fundamentais para garantir a sustentabilidade do projeto.

Mais do que aspectos funcionais do cotidiano, espera-se que a nova estrutura possa contribuir para a construção de uma visão estratégica de longo prazo, compatível com os objetivos fundamentais do projeto de estímulo à concorrência, eficiência, inovação e para o aumento da inclusão financeira no Brasil.

Para 2025 e 2026, nos aguarda uma agenda desafiadora. A associação precisa tomar corpo por meio das já mencionadas contratações de diretorias e de técnicos dedicados. Isso, por sua vez, deverá acelerar o aperfeiçoamento dos processos de monitoramento, sendo este o tema de maior prioridade para o Banco Central.

Em termos de implementações, há, é claro, o contínuo aperfeiçoamento do escopo de dados compartilhados e de serviços, com a inserção gradual da portabilidade de crédito e as melhorias contínuas nas modalidades de iniciação de transações de pagamento, tais como transferências inteligentes, a jornada sem redirecionamento e o Pix automático. Estas, ferramentas fundamentais para a gestão de recursos e para a concretização dos insights propiciados pelo compartilhamento de dados. Tanto em termos de propostas de implementações como para casos de uso já desenvolvidos parece haver convergência quanto à sinergia na combinação de escopos de dados e da iniciação de pagamentos.

Cabe destacar também que desde o começo deste ano, o regulador e a própria estrutura têm estudado formas de engajar o público PJ, para os quais há enorme potencial de benefícios ainda pouco explorados.

Por fim, junto a todos os envolvidos, o Banco Central continuará a empreender esforços para que a evolução do Open Finance se dê sob um ambiente regulatório propício à inovação, competição, eficiência e, sobretudo, à inclusão financeira de cidadãos e empresas.

O que nos espera em 2025 e adiante

Capítulo 7

7.1 Prioridades e desafios

Podemos distribuir os desafios do Open Finance no Brasil ao longo de cinco dimensões:

- Estrutura de governança
- Melhoria da experiência do usuário
- Monitoramento e desempenho
- Atendimento à regulação
- Inovação e novos produtos

7.1.1 Estrutura de governança

A governança criada para a Estrutura Inicial é essencial mas bastante peculiar.

Ao mesmo tempo que para garantir funcionalidade e aplicação a todos do Sistema Financeiro Nacional é fundamental ouvir a maior quantidade possível de seus atores, e dado que a representatividade das distintas associações é importante e base para a composição dos Conselhos (Deliberativo e de Administração), há representantes de todas as associações que compõem o Open Finance, além do Conselho, nos Grupos Técnicos. Embora desejável até por desenho da governança, essa forma de organização exige uma grande quantidade de pessoas em todas as reuniões, técnicas ou não: em cada um dos Grupos Técnicos existem até cinco representantes de cada cadeira, o que nos leva a um máximo de 40 técnicos em cada reunião, além de outros especialistas e convidados pontuais, representantes do Secretariado, do Banco Central, da DTO e, por vezes, de fornecedores, podendo fazer esse número chegar a 50-60.

Considerando os cerca de 20 Grupos Técnicos ao final de 2024, estamos falando em por volta de mil a mil e duzentas pessoas apenas nas discussões técnicas. Gerir essa complexidade de pessoas e interesses por vezes conflitantes não é nada trivial.

A quantidade de decisões tomadas pelos Conselhos, ao longo de mais de quatro anos de trabalho, também é uma forma de ilustrar a complexidade do programa: no início de 2025 tínhamos, de acordo com o Thot, sistema de gestão de deliberações do Conselho criado e gerido pelo Secretariado, 4.224 decisões registradas, o que dá uma média de mais de mil decisões por ano; dadas as reuniões semanais do Conselho, fazendo uma aproximação para 50 reuniões por ano, temos cerca de 20 decisões de Conselho por semana – sejam elas discutidas em tempo real em reuniões todas as quintas-feiras, ou via deliberações offline apresentadas diariamente e com votações registradas eletronicamente. Soma-se também todo o trabalho técnico prévio que isso exige.

Ajustes são sempre necessários e desejados. Dentre as ações necessárias para viabilizar o funcionamento da Associação Open Finance está a constituição, já aprovada em seu Estatuto Social, de sua estrutura de Diretorias. Além da Presidência, são contempladas a Diretoria de Tecnologia e Operações, a Diretoria Administrativa e Financeira, a Diretoria Jurídica e de Compliance, a Diretoria de Planejamento e Eficiência Operacional e a Diretoria de Monitoramento.

Em 2025, também teremos uma nova Assembleia Geral dos Associados, que é o órgão soberano da Associação com poderes para resolver todos os assuntos da entidade e tomar quaisquer deliberações conforme o seu Estatuto Social. Como exemplos estão a aprovação de contas da administração da Associação, a eleição de membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração.

Manteremos a rotina mensal de reuniões para o Conselho de Administração, mas teremos a revisão de suas atribuições, visando a uma atuação mais estratégica e menos operacional. Os ajustes referem-se a múltiplas dimensões, tais como tecnologia e operações, estratégia e planejamento, gestão financeira, governança e compliance e recursos humanos. Parte das aprovações das deliberações atuais do Conselho de Administração já foi delegada às Diretorias da Associação.

Vamos eleger, em 2025, via Assembleia Geral, os membros do Conselho Fiscal, que têm como principais responsabilidades a fiscalização dos atos dos administradores; a análise das demonstrações financeiras e a produção de pareceres sobre essas demonstrações; a prevenção de erros, fraudes e outras irregularidades; a identificação e a mitigação de riscos financeiros e operacionais; entre outras. O Conselho Fiscal é órgão que responde ao Conselho de Administração.

O Comitê de Auditoria, mais um órgão com reporte direto ao Conselho de Administração, também será constituído em 2025. Dentre os pontos a serem desenvolvidos pela Associação para apoiar este comitê está a elaboração do Regimento Interno do Comitê de Auditoria, documento que definirá as suas funções e as diretrizes para o seu funcionamento.

Os Grupos Técnicos do Open Finance tornar-se-ão Comitês Técnicos, buscando a otimização por meio de sinergias com outros grupos e com a própria estrutura de Diretorias da Associação.

7.1.2 Melhoria da Experiência do Usuário

Do ponto de vista do usuário, o Open Finance deve trazer transformações significativas impulsionadas pelas tecnologias em desenvolvimento.

Parte dessas entregas visa a mitigar as dificuldades de entendimento do público sobre produtos e serviços do Open Finance, bem como construir uma imagem ainda mais sólida de confiabilidade do ecossistema.

Outros fatores também terão destaque, como a simplificação da jornada do usuário, com a implementação da jornada sem redirecionamento (JSR), o que vai permitir a redução do número de telas por transação e a quantidade de interações do usuário. A JSR trará como benefício uma maior fluidez ao processo de autorização de pagamentos.

A definição e o desenvolvimento de modelo de notificações de eventos serão outros recursos importantes para que o usuário receba informações de forma efetiva e no momento certo. Vale destacar que a democratização dos serviços financeiros por meio da praticidade na experiência do usuário, tanto para o público PF como para o PJ, é uma das linhas condutoras do Open Finance Brasil.

7.1.3 Monitoramento e Desempenho

Pela ótica de desempenho, temos pela frente um grande desafio de melhorar ainda mais a eficiência e a integração dos compartilhamentos de dados.

Nesse aspecto dois parâmetros têm forte relevância: interoperabilidade do ecossistema, ou seja, a capacidade de diferentes organizações e sistemas interagirem entre si de forma suave e padronizada, e a melhoria no tempo de resposta das transações e solicitações do usuário, possibilitando um ecossistema ainda mais fluido, ágil e seguro.

Para atingir os níveis de desempenho almejados, teremos como apoio o fortalecimento da estrutura de monitoramento, sendo parte crucial de todo o processo metrificar e monitorar indicadores de performance. Com isso, buscamos garantir uma fonte sólida de informações, qualitativas e quantitativas, facilitando o diagnóstico de problemas e potenciais desvios de rotas.

Vale destacar, com relação ao monitoramento, o atendimento a ser realizado pela Estrutura de Governança para a Instrução Normativa BCB n° 575, de 20 de dezembro de 2024, que divulga a versão 2.0 do Manual de Monitoramento do Open Finance, de observância obrigatória por parte das instituições participantes.

Esta nova norma detalha regras e diretrizes a serem seguidas com o objetivo de melhorar o desempenho das instituições no compartilhamento de dados e serviços, bem como aprimora o monitoramento de forma rápida, eficiente e segura.

Dentre os aspectos tratados estão:

- A performance de *application programming interfaces* (APIs) e requisitos não funcionais;
- A aderência a especificações e certificações;
- As metas para atendimento de *tickets*;
- O reporte de informações;
- A qualidade de dados;
- A experiência do cliente.

Entre outros pontos importantes em relação ao desempenho e monitoramento do ecossistema estão a utilização e a constante evolução das diversas ferramentas de testagem, como a Ferramenta de Validação de Produção (FVP), as certificações de funcionais e de segurança e os pilotos de produtos.

Ressaltamos também a Plataforma de Coleta de Métricas (PCM), que propicia a gestão de dados relativos às interações entre os participantes do Open Finance. A PCM auxiliará no cumprimento das regulamentações estabelecidas pelo Banco Central.

Por fim, temos o Motor de Qualidade de Dados (MQD), plataforma de suporte que visa a assegurar a excelência e a integridade dos dados das APIs dos participantes.

7.1.4 Atendimento à regulação

No Brasil, o Banco Central desempenha a função de regulador do Open Finance, estabelecendo normativas e promovendo a isonomia entre os participantes. Sua contribuição para estimular a concorrência, o desenvolvimento e a inovação do sistema financeiro é amplamente reconhecida.

A Associação Open Finance atua em conformidade com as diretrizes e regulações da agenda do Banco Central, que serve como fonte de conhecimento e condutor de soluções funcionais, sólidas e padronizadas. Essas soluções são pautadas pela segurança cibernética e jurídica, promovendo uma concorrência justa entre as instituições financeiras. Em face das regulações do Banco Central, cabe à Associação, por meio de seus comitês técnicos, a responsabilidade fundamental de desenvolver as melhores soluções para o ecossistema.

7.1.5 Inovação e novos produtos

As tecnologias continuam a evoluir, gerando recursos ainda mais valiosos para o Open Finance, desde a utilização de tecnologias já conhecidas até o desenvolvimento de reais inovações.

Além da melhoria contínua dos recursos existentes, como a implementação de novas versões de APIs, planejamos lançar uma série de produtos em 2025. Dentre as novidades, destacamos a implementação do Pix automático e das transferências inteligentes, com previsão para 2025.

O Pix automático permitirá a realização de pagamentos recorrentes, como contas de água, energia, gás, pagamentos de empréstimos, assinaturas e mensalidades de serviços (escolas, *streaming*, academias, etc.). Essa funcionalidade possibilitará pagamentos automáticos com o consentimento do usuário, que agendará débitos de forma recorrente, sem necessidade de nova intervenção, aumentando a conveniência do uso do Pix.

As transferências inteligentes, por sua vez, promoverão uma gestão financeira mais eficiente para os usuários, por meio de automações pré-programadas de gatilhos e regras definidas. Por exemplo, será possível programar investimentos automáticos quando o saldo em conta atingir um valor específico, assim como realizar transferências automáticas via Pix de uma conta com saldo positivo para cobrir outra conta em outra instituição que apresente saldo negativo.

A portabilidade de crédito está prevista para 2025, com a definição do modelo de negócio e das especificações técnicas para crédito pessoal sem consignação e, posteriormente, para crédito consignado. Esses recursos permitirão que os usuários transfiram suas operações de crédito entre instituições financeiras de forma prática e rápida.

Outro aspecto relevante é a exploração do vasto potencial do público empresarial, conhecido como Pessoa Jurídica (PJ). Para isso, foi criado um Grupo Técnico focado no engajamento de clientes PJ, com o objetivo de aumentar a participação no uso dos produtos e serviços oferecidos. O grupo se dedica à revisão de especificações, ao estudo de funcionalidades, à criação e medição de indicadores, além da remoção de barreiras que dificultam o acesso.

Pagamentos em lote também estão na lista de inovações do Open Finance. Essa funcionalidade visa simplificar o processo de pagamentos para empresas, reduzindo o tempo dedicado a atividades manuais por meio da automação. Com essa nova função, será possível executar várias transações financeiras simultaneamente, eliminando a necessidade de realizar cada pagamento individualmente. Essa consolidação de pagamentos em uma única transação torna o processo mais ágil, preciso, eficiente e confiável em comparação com as operações manuais.

7.2 Calendário Previsto de Evolução

7.3 Regulação e tendências globais que podem afetar o cenário local

Do ponto de vista da regulação, podemos destacar o Projeto Aperta (cujo nome deve-se à palavra latina para 'aberto'), que permitirá o compartilhamento transfronteiriço seguro de dados por meio da interoperabilidade de Open Finance. O objetivo é conectar infraestruturas domésticas de finanças abertas de diferentes jurisdições, gerar a escalabilidade nas operações, viabilizar soluções de menor custo e mais ágeis de *trade finance*.

O projeto envolve incialmente o desenvolvimento de um protótipo de uma rede multilateral e é capitaneado pelo Bank for International Settlements (BIS). Seus participantes incluem o BIS Innovation Hub Hong Kong Centre, o Banco Central do Brasil, o Central Bank of the United Arab Emirates, a Financial Conduct Authority do Reino Unido, a Hong Kong Monetary Authority, a Global Legal Entity Identifier Foundation, a International Chamber of Commerce Digital Standards Initiative, e a Hong Kong University Standard Chartered Foundation FinTech Academy.

Em relação a tendências globais, o uso de inteligência artificial (IA) deve ser um grande aliado na análise de dados e comportamentos para construção de *insights* para os usuários, com uma gama grande de soluções a serem exploradas, como a personalização de serviços e produtos, a avaliação de riscos, a disponibilidade de crédito, a comprovação de anomalias e fraudes, e a prevenção à lavagem de dinheiro.

Temos também integrações com outros ambientes regulatórios, reforçando o conceito de "open finance" para o nosso programa: já atuamos em investimentos (Open Capital Markets) e em seguros, previdência e capitalização (nossa interface com o Open Insurance), com uma série de *APIs* consumidas centenas de milhões de vezes por semana. Há estudos em andamento para expandir o conceito de ambiente aberto para várias outras indústrias, como energia (Open Energy), telecomunicações (Open Telco) e saúde (Open Health).

Finalmente, impulsionados pelo enorme sucesso do Pix, os pagamentos A2A – *account to account* – ganharão ainda mais espaço por meio de novas funcionalidades de iniciação de pagamentos, como os pagamentos automáticos (Pix automático e transferências inteligentes) e a jornada sem redirecionamento (JSR). Essa abordagem já está sendo popularizada como Pix por biometria e Pix por aproximação, além do futuro Pix offline.

As possibilidades são imensas.

Open Finance em números

Capítulo 8

8.1.1 Composição do Open Finance

+ 1.000 pessoas participantes dos Grupos Técnicos

86 instituições associadas à Associação Open Finance, sendo 82 fundadoras e 4 que aderiram posteriormente

190 conglomerados prudenciais ou financeiros

801 instituições e cooperativas cadastradas como participantes

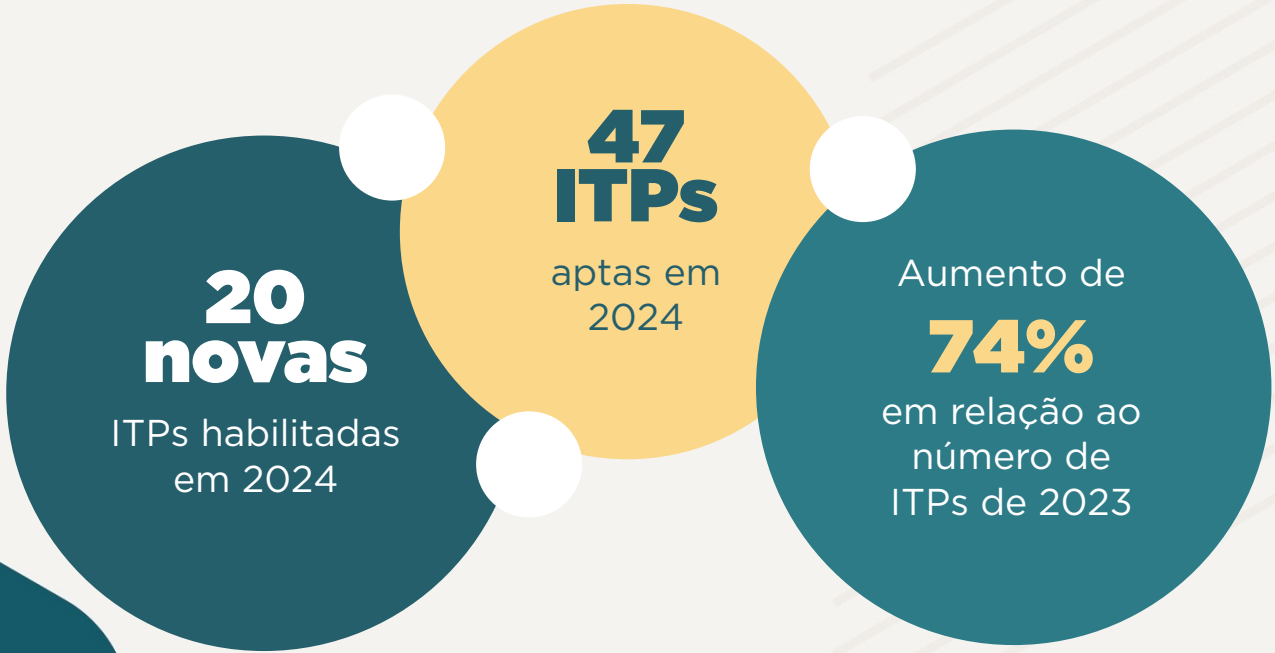
429 instituições transmissoras/receptoras de dados

580 instituições detentoras de conta

47 instituições prestadoras de serviço de iniciação de pagamento

8.1.2 Instituições Iniciadoras de Pagamento (ITPs)

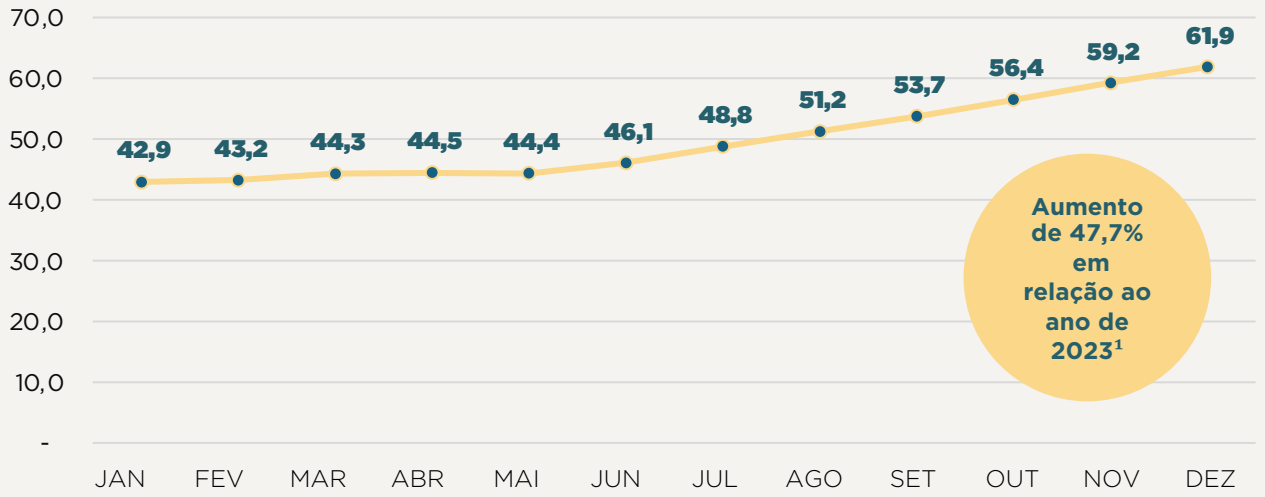
Em 2024, tivemos um expressivo aumento no número de instituições iniciadoras de pagamento via Pix. É um marco significativo que demonstra o crescimento do Open Finance por meio da modernização dos serviços financeiros, com uma proposta segura e inovadora de modelos de negócio no sistema de pagamentos.



8.1.3 Evolução de consentimentos ativos

Evolução dos consentimentos ativos | Receptor

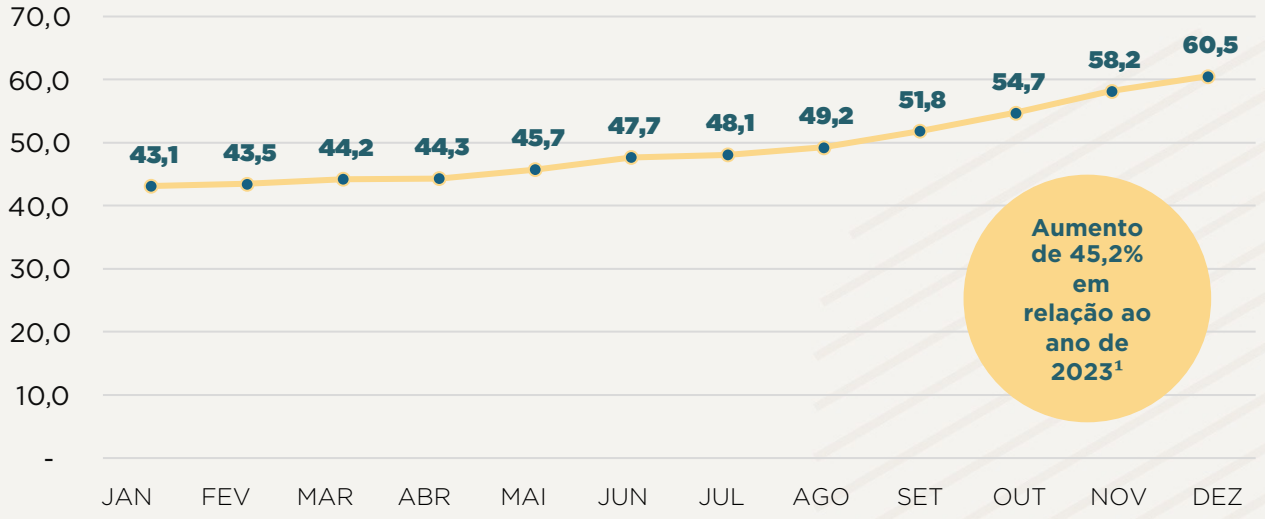
Quantidade em milhões



Em 2024, a quantidade de consentimentos ativos de instituições receptoras de dados alcançou quase 62 milhões, mantendo seu crescimento forte nos anos do Open Finance Brasil. Em comparação a dezembro de 2023, tivemos um aumento de 47,7%, com destaque a uma sensível elevação a partir de junho de 2024.

Evolução dos consentimentos ativos | Transmissor

Quantidade em milhões



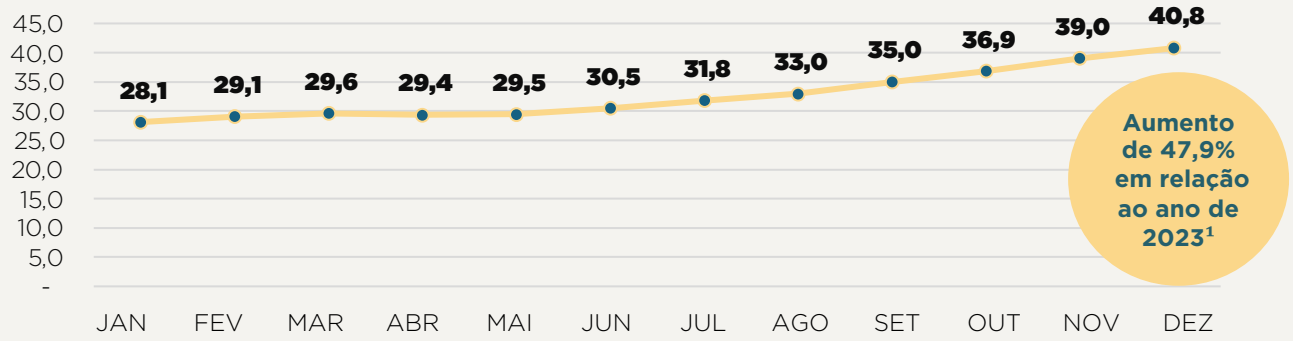
[1] Calculado pelo número de consentimentos ativos dos dias 27/12/2024 a 29/12/2023

Em 2024, a quantidade de consentimentos ativos de instituições transmissoras atingiu 60,5 milhões, mantendo seu crescimento acelerado ao longo do Open Finance Brasil. Em comparação a dezembro de 2023, tivemos um aumento de 45,2%, com destaque para o significativo avanço do número de consentimentos a partir de junho de 2024.

8.1.4 Evolução de consentimentos únicos | Pessoa Física (PF) e Pessoa Jurídica (PJ)

Evolução dos consentimentos únicos PF | Receptor

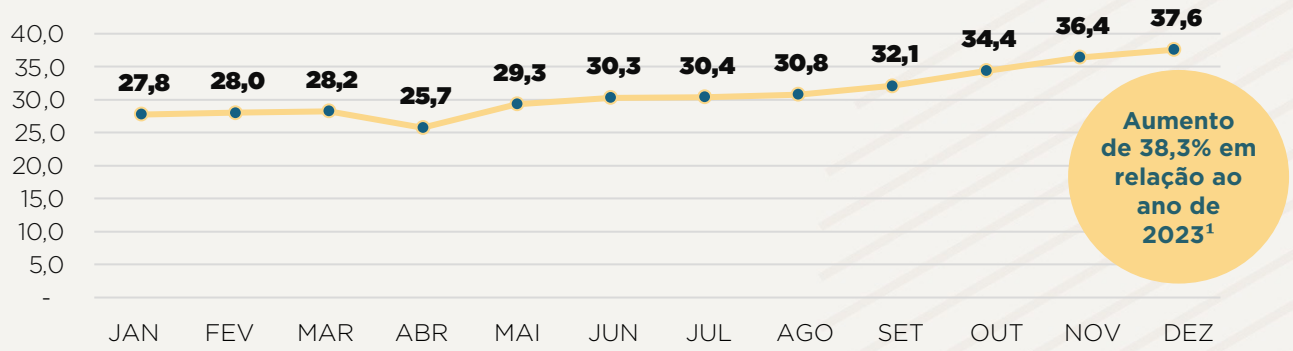
Quantidade em milhões



A quantidade de consentimentos únicos de instituições receptoras de dados para o público PF teve forte crescimento a partir do segundo semestre de 2024, atingindo 40,8 milhões em dezembro do mesmo ano.
O número de consentimentos únicos em dezembro de 2024 em relação ao mesmo período de 2023 aumentou 47,9%.

Evolução dos consentimentos únicos PF | Transmissor

Quantidade em milhões

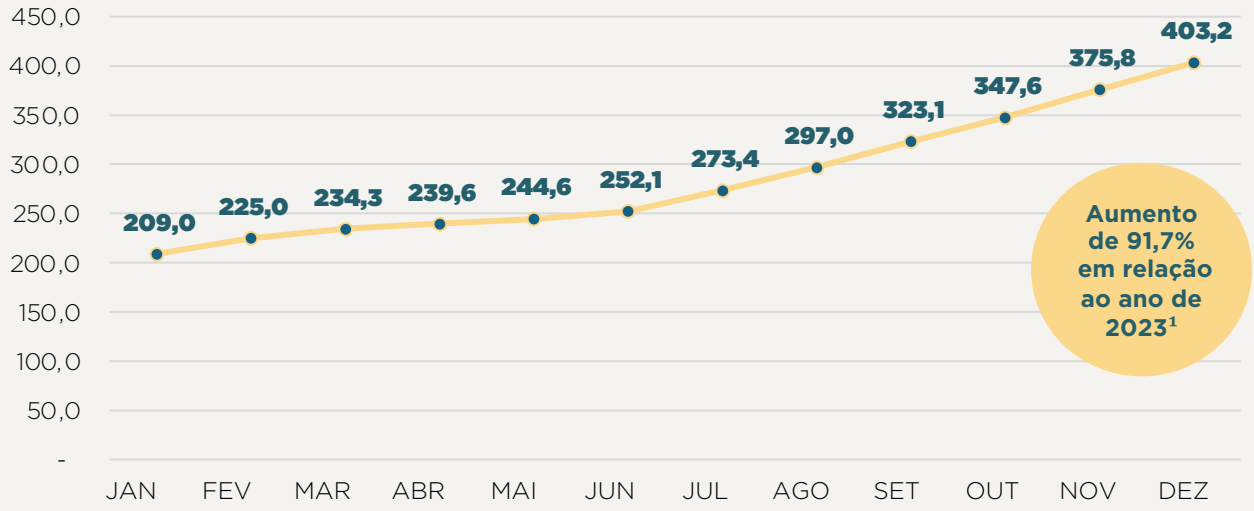


[1] Calculado pelo número de consentimentos ativos dos dias 27/12/2024 a 29/12/2023

Do ponto de vista das instituições transmissoras de dados para o público PF, temos a mesma tendência de crescimento alcançado em dezembro de 2024, com o total de 37,6 milhões de consentimentos únicos.
Em comparação a dezembro de 2023, tivemos um aumento de 38,3%, com destaque para o significativo aumento de consentimentos a partir de junho de 2024.

Evolução dos consentimentos únicos PJ | Receptor

Quantidade em milhares

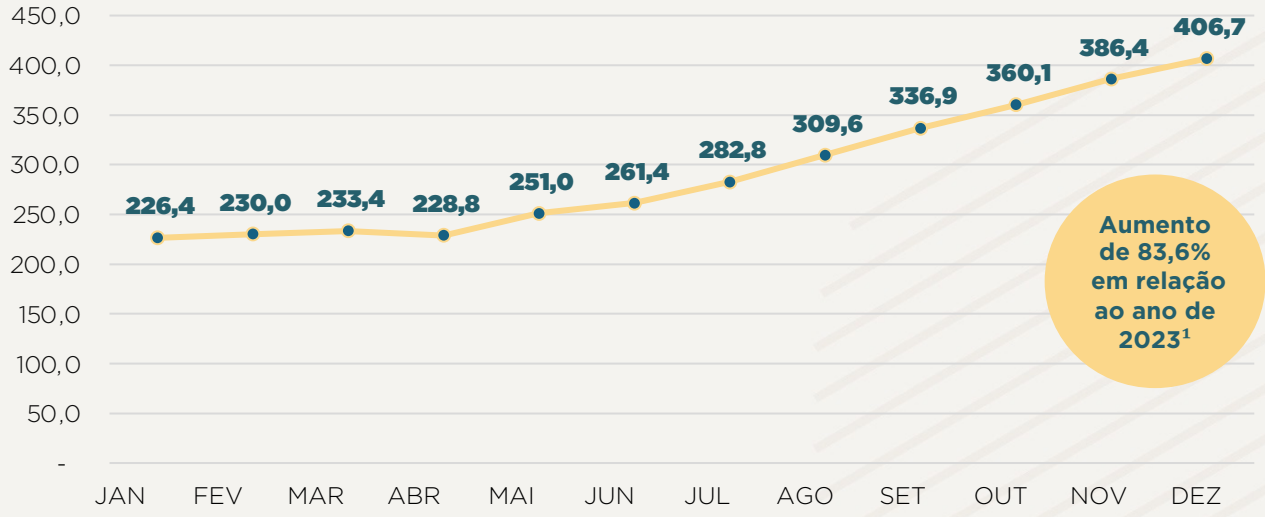


¹ Calculado pelo número de consentimentos ativos dos dias 27/12/2024 a 29/12/2023

Para o público PJ, sob a ótica do receptor, embora os números absolutos sejam muito menos representativos do que os números do público PF, a quantidade de consentimentos únicos atingiu em dezembro de 2024 a marca de 403,2 mil clientes. Uma elevação de 91,7% em comparação a dezembro de 2023.

Evolução dos consentimentos únicos PJ | Transmissor

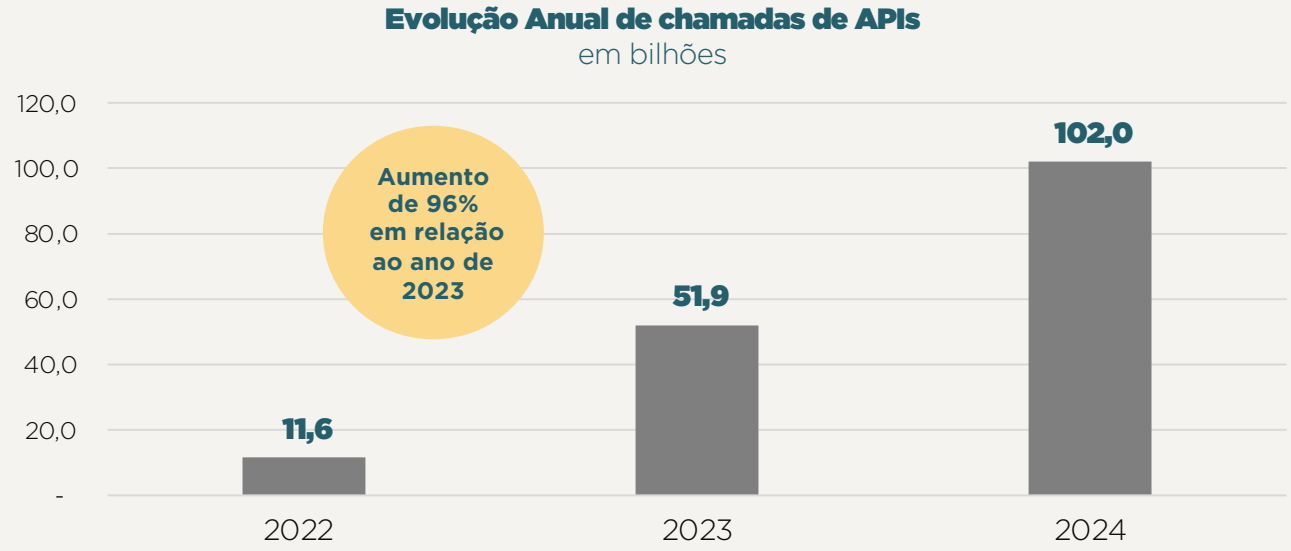
Quantidade em milhares



¹ Calculado pelo número de consentimentos ativos dos dias 27/12/2024 a 29/12/2023

Com alinhamento ao crescimento dos consentimentos únicos das instituições receptoras, as instituições transmissoras também obtiveram elevado aumento de clientes PJ.
Em dezembro de 2024, tivemos 406,7 mil consentimentos únicos PJ, um aumento de 83,6% em comparação a dezembro de 2023.

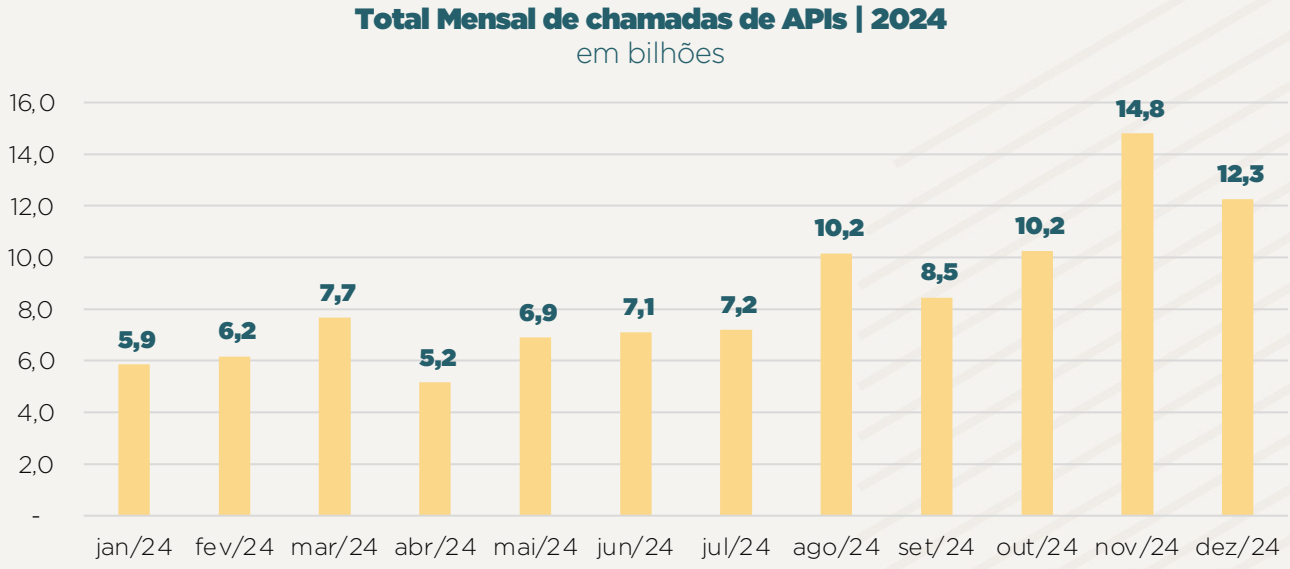
8.1.5 Evolução Anual de chamadas de APIs



[1] Valores acumulados entre março e dezembro de 2022

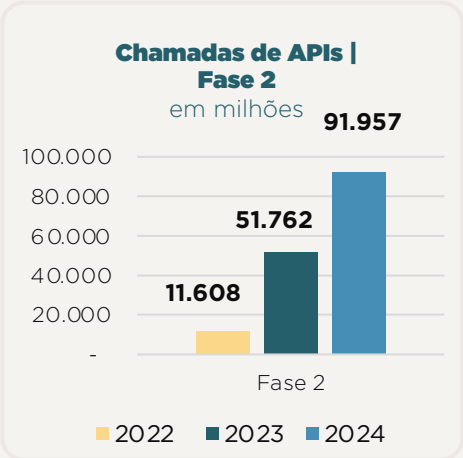
Em 2024, atingimos 102,0 bilhões de chamadas de APIs das fases 2, 3 e 4B. Em comparação ao ano de 2023, tivemos um aumento de 96% na quantidade de chamadas, o que reforça o interesse e a confiança dos clientes no Open Finance.

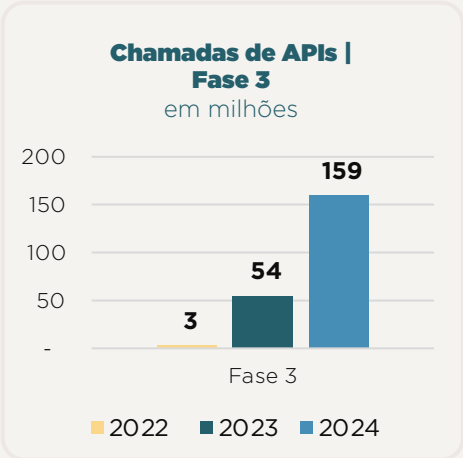
8.1.6 Evolução Mensal de chamadas de APIs em 2024

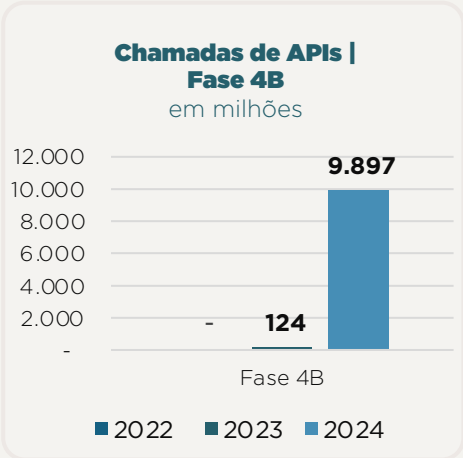


Em 2024, a quantidade de chamadas permaneceu em patamar superior a 5 bilhões mensais e, em novembro, atingimos a marca recorde de 14,8 bilhões de chamadas em um mês no Open Finance.

8.1.7 Evolução Anual de chamadas de APIs por fase

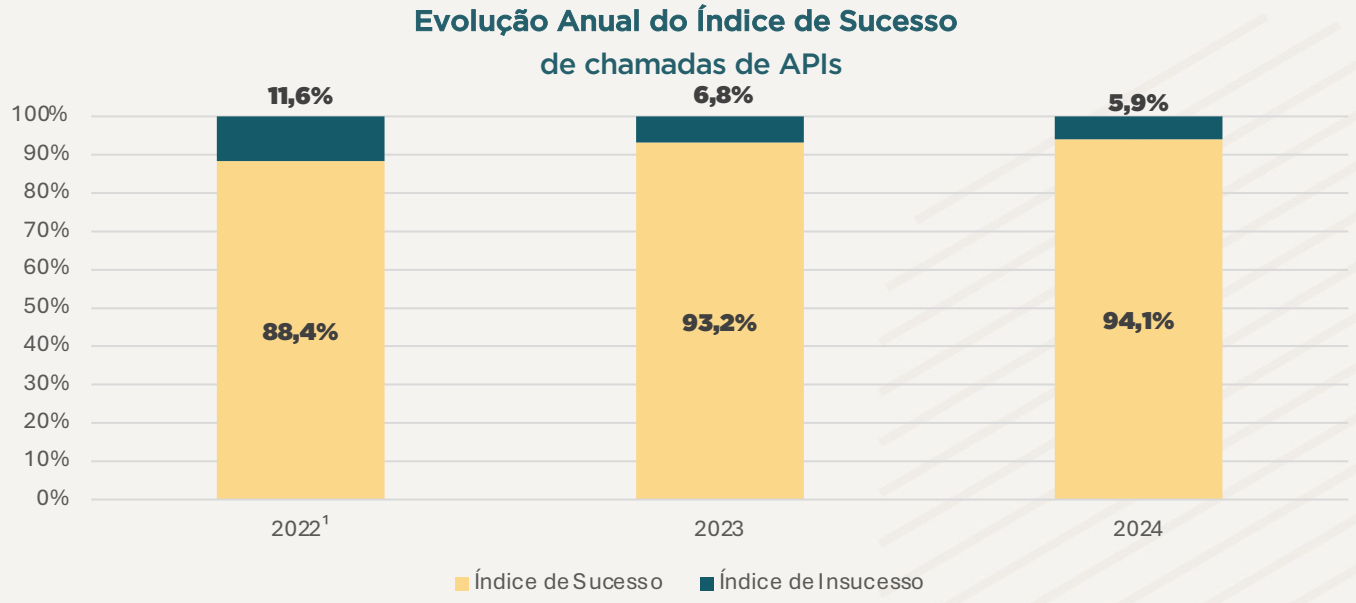






Do ponto de vista das chamadas de APIs por fase, nota-se uma evidente escalada de crescimento de chamadas em todas as fases.
Destaque também para a acentuada evolução na fase 4B, lançada em setembro de 2023. No último trimestre de 2024, atingiu, recorrentemente, o patamar de mais de 1,2 bilhão de chamadas mensais.

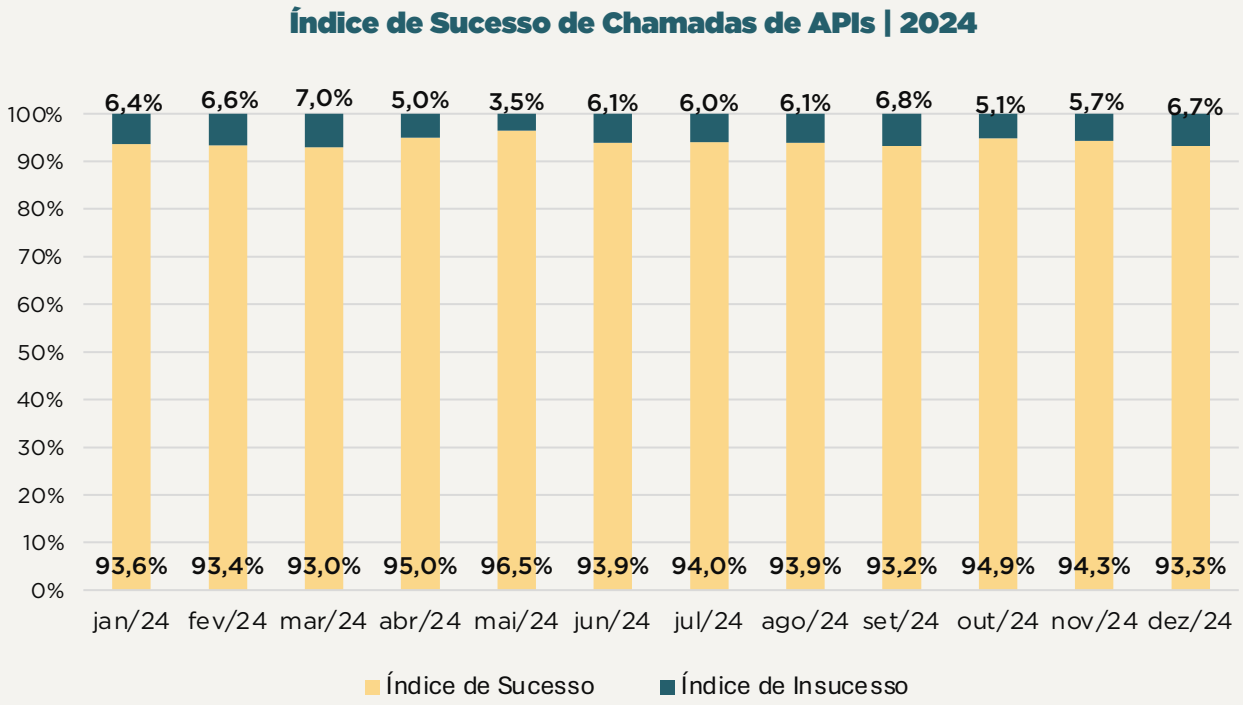
8.1.8 Evolução Anual do Índice de Sucesso de chamadas de APIs



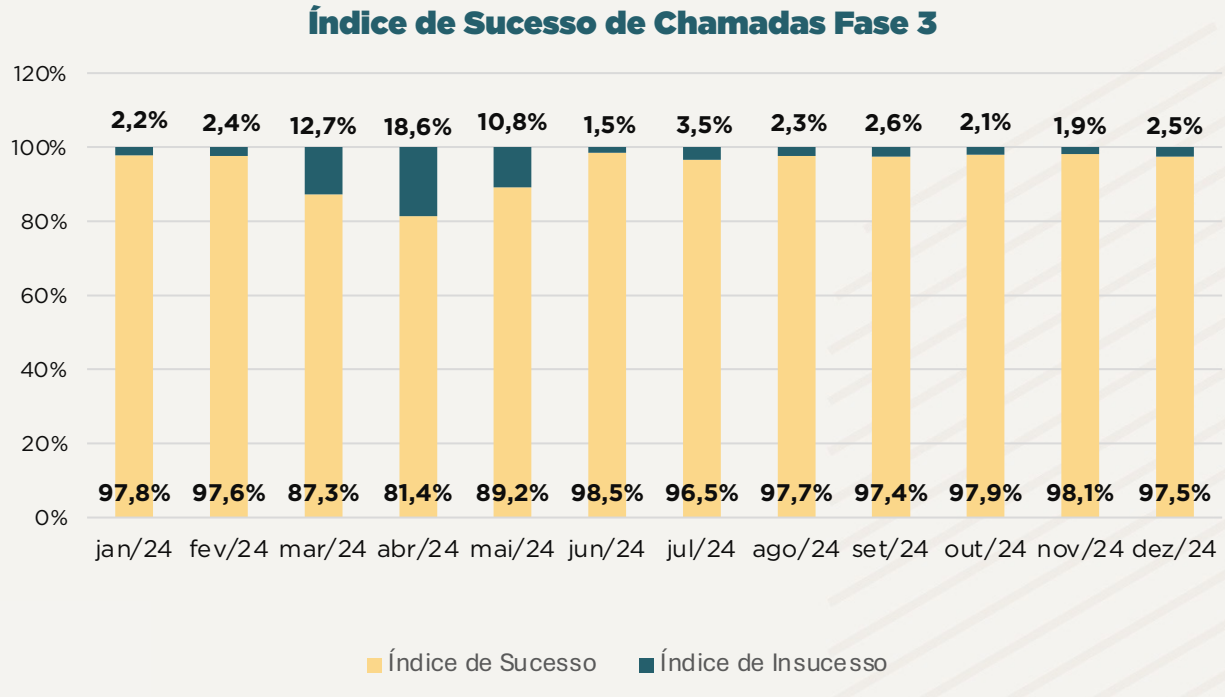
[1] Valores acumulados da Fase 3 entre setembro e dezembro de 2022.
Valores acumulados das Fases 2 e 4B entre março e dezembro de 2022

O Índice de Sucesso Anual de chamadas de APIs em 2024 atingiu 94,1%, mantendo a tendência de evolução do ecossistema ano a ano, mesmo com um aumento dos números de chamadas.

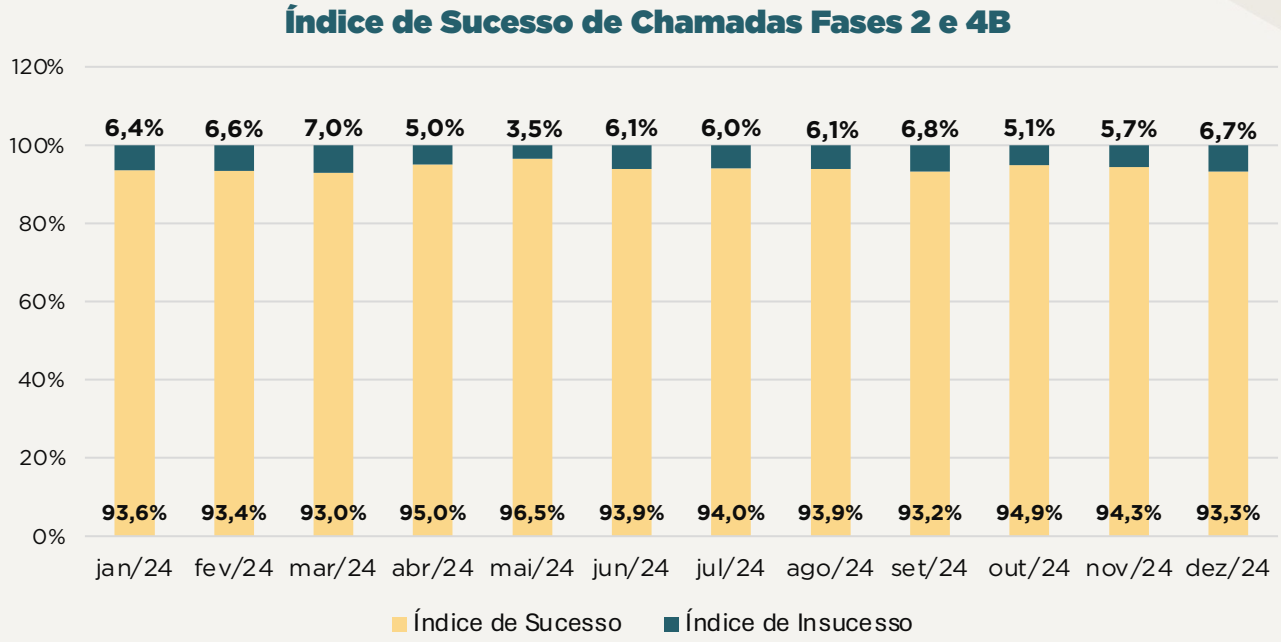
8.1.9 Índice de Sucesso Mensal de chamadas de APIs em 2024



O Índice de Sucesso Mensal das chamadas de APIs manteve-se, ao longo do ano, acima de 93%. A melhor performance em 2024 aconteceu no mês de maio, tendo como valor 96,5% de sucesso das chamadas de APIs.

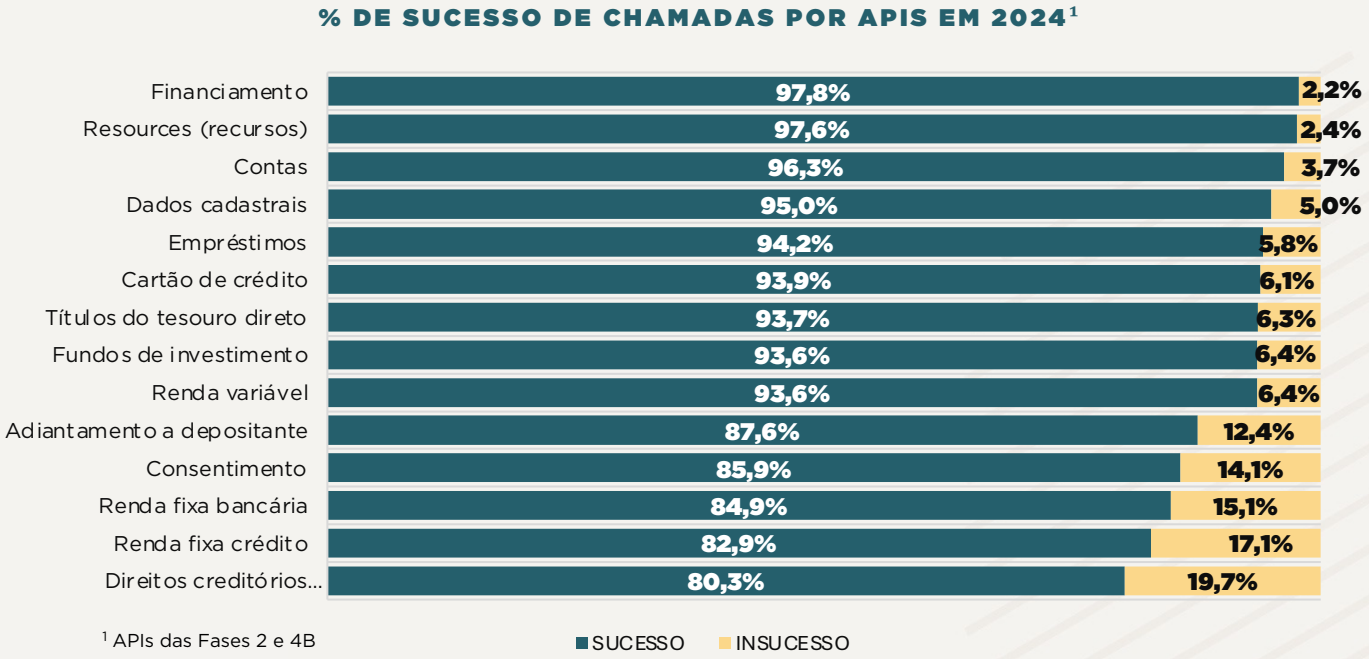


O Índice de Sucesso consolidado das chamadas da Fase 3 em 2024 foi de 94,8%. A melhor performance em 2024 aconteceu no mês de junho, com o valor de 98,5% de Índice de Sucesso.



O Índice de Sucesso consolidado das chamadas das Fases 2 e 4B no ano atingiu 94,1%. A melhor performance em 2024 aconteceu no mês de maio, com o valor de 96,5% de Índice de Sucesso."

8.1.10 Percentual de Sucesso de chamadas por APIs em 2024



[1] APIs das Fases 2 e 4B

Quatro APIs em 2024 tiveram performance superior a 95% de taxa de sucesso:

- Financiamento - 97,8% • Resources (Recursos) - 97,6%
- Contas – 96,3% • Dados cadastrais – 95%

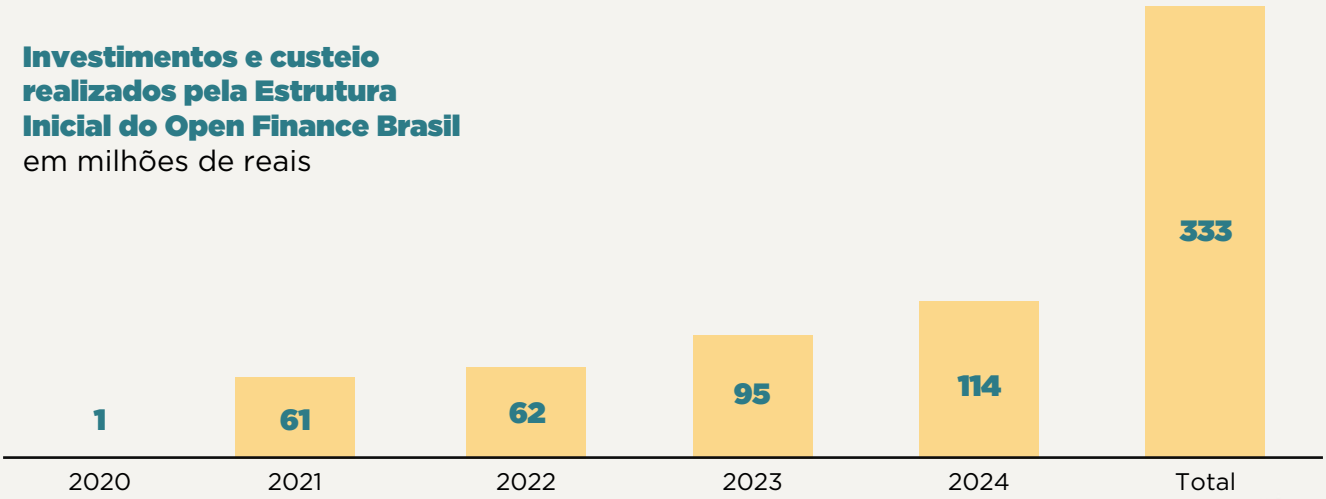
8.2.1 Evolução Anual dos investimentos e custeio da Estrutura do Open Finance

De 2020 até 2024, investimentos e custeio no Open Finance totalizaram R$ 333 milhões.

Em 2024, investimentos e custeio foram de R$ 114 milhões, um aumento de 20% em relação aos valores de 2023.

Importante ressaltar que, em toda história do Open Finance, o orçamento foi respeitado, com investimentos e custeio totais realizados em um ano sempre inferiores ao previsto no Orçamento anual. Em 2024, a relação entre realizado versus orçado foi de 78%.

Investimentos e custeio realizados pela Estrutura Inicial do Open Finance Brasil
em milhões de reais



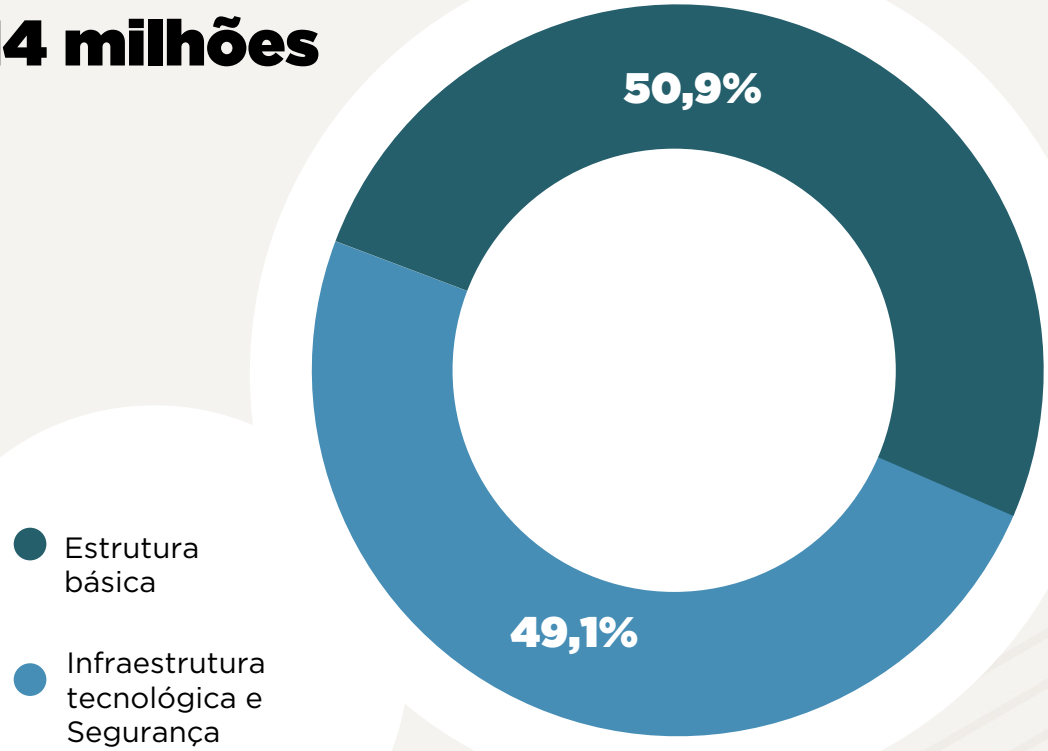
8.2.2 Investimentos e custeio realizados pela Estrutura Open Finance Brasil em 2024 por classificação

A Infraestrutura tecnológica compreende o desenvolvimento e a manutenção das plataformas e sistemas centrais compartilhados do Open Finance, em sua grande maioria obrigações regulatórias.

A Estrutura básica contempla todo o suporte administrativo, jurídico, impostos e outros desembolsos.

A Segurança cibernética considera, principalmente, os testes e os softwares de segurança, os contratos do CISO (Chief Information Security Officer) e do SOC (Centro de Operações de Segurança).

100% =
R$ 114 milhões



Para mais informações,

acesse

openfinance.org.br

Créditos

Conselhos Deliberativo e de Administração – Titulares e Suplentes

- Bruno Diniz
- Bruno Marcos Moreira
- Eduardo Lopes
- Euricion Murari Soares de Pinho
- Fabio Amorosino
- Fernanda Garibaldi
- Fernando Moraes De Freitas
- Gabriel Luiz Schvartzman Cohen
- Gustavo Frederico Cappi
- Gustavo Lino
- Ivo Mosca
- Jonatas Giovinazzo Garcia
- Marcelo Martins
- Marcio Rodrigues
- Marco Aurélio Tazitu
- Marcos Lima
- Marta Heis
- Patricia Camargo de Oliveira Leal
- Priscila Faro
- Raul Francisco Moreira
- Renato Oliva
- Ricardo Gelbaum
- Ricardo Marson Rosa Moreira
- Rubens Vidigal
- Thiago Coutinho
- Thiago Daniel
- Vinicius Carrasco
- Vitor Hugo da Silva Dantas

Diretoria da Associação Open Finance

- Diretora-presidente: Ana Carla Abrão
- Diretora administrativo-financeira: Ana Paula Neves Granieri Domenici
- Diretor de planejamento e eficiência: Genaro Lins
- Diretor de tecnologia e operações: Élcio Calefi

Diretoria de Tecnologia e Operações (DTO)

- Adolfo Kawiatkowski Neto
- Bianca Vaz Nogueira Leão
- Brenda da Silva Muniz
- Christian Santos Balz
- Cristiano da Silva Andrade
- Denise Pontes da Silva
- Douglas Ferreira Brito
- Fabiane dos Reis Vieira
- Fábio Tavares Szescsik
- Giovani de Barcelos Stefani
- Henrique Savassa Pereira
- Iago Rampazzo Magalhães
- Laura Blois Barbeira
- Leandro Pupe Nóbrega
- Luis André da Silveira
- Marcio Henrique da Cruz
- Mayara de Melo Santos
- Moacyr Viegas Coelho Pereira
- Paola Arcanjo de Almeida
- Paulo da Silveira Moraes Neto
- Pedro Afonso Ferreira Haupenthal
- Rayssa Gabrieli dos Santos
- Silvio Tadeu do Nascimento França
- Thiago da Silva Pereira
- Thiarê Kiapine Costa
- Thomas de Almeida Rabelo
- Wendel Nunes dos Reis Alkimim

Créditos

Chief Information Security Officer (CISO)

- Carlos Rust

Secretário-Geral – Titular e Suplente

- Carlos Antonio Rodrigues Jorge
- André Olinto do Valle Silva

Secretariado e Camada Administrativa

- Alan Luciano Martins Teixeira
- Ana Carolina de Oliveira Fonseca
- Ana Carolina Deriggi
- André Araujo
- Angélica Mello de Oliveira
- Anna Carolina Freire Paiva
- Beatriz Borges Fernandino
- Beatriz Figueiredo Vivan
- Bruno Ferreira Assis
- Camila Navega Gonçalves Jurischka
- César Marnoto Martins
- Cláudio Rocha da Silva Júnior
- Daniel Moutinho Altemio
- David de Sousa Santos
- Eduardo Coelho Lopes
- Fabio Cohen Krasiltchik
- Gabriela Ariana Fernandes do Couto Lettieri
- Glaucia Amanda Dias de Oliveira
- Guilherme Cardinalli da Silva Brito
- Ian Alexander Reid
- Ingrid Moraes do Nascimento
- Jeferson Silva Rodrigues de Sousa
- João Pedro Mendes
- João Rafael Fernandes Baptista
- José Rubens Martins da Conceição
- Juan Giulianelli
- Laiz Leiroz de Mendonça
- Lara Aline Parizato dos Santos
- Leticia Alves de Campos Ferreira
- Luan César Carvalho
- Lucas Norberto dos Santos
- Lucca de Figueiredo Marques
- Lucca José Lima Paschoali
- Luiz Ricardo Yoshiyuki Uemura Fucuda
- Matheus Faria Morais
- Matheus Pinho Mantovani Cerqueira
- Maurício José Silva
- Mayara Bizan de Campos
- Naiara Resende Cavalaro
- Pâmela Cristina Barbosa
- Pedro Octavio Oliveira de Andrade
- Rebeka Taquary
- Ricardo Ferreira Gomes
- Roberto Carlos de Araújo
- Rodrigo Seleme Dias
- Sammuel Ferrete Soares
- Susana Bergamo Simões
- Tomás Trombetta de Lima Raeder
- Victor Mateus Mello Bertolino

Créditos

Fornecedores do ecossistema

- Accenture
- Apta XR
- Atlas Governance
- AWS
- Berghem
- BRQ
- Cadmus
- Chicago Advisory Partners
- Darede
- Etho Soluções
- GoWork
- Grant Thornton
- IBLISS
- Ilegra
- Iniciador
- OIDF
- Pinheiro Neto Advogados
- Pride Security
- Raidiam
- RustCon
- Sensedia
- Grupo Data
- Try

Concepção do Relatório
Chicago Advisory Partners
e GT Comunicação

Edição e produção gráfica
Chicago Advisory Partners

Mais uma vez,
agradecemos especialmente
aos mais de 1.000 coordenadores,
vice-coordenadores e demais membros de todos os grupos técnicos, subgrupos e *squads* que compõem o nível técnico do **Open Finance Brasil.**

openfinance